



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIA JURÍDICAS - CCJ
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - DCJ
CURSO DE DIREITO

EVANDRO FRANCISCO RODRIGUES GOMES

**DIGRESSÕES ACERCA DA CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO
PENAL: os limites da confissão em caso de descumprimento ou não
homologação do ANPP**

SANTA RITA - PB

2023

EVANDRO FRANCISCO RODRIGUES GOMES

**DIGRESSÕES ACERCA DA CONFISSÃO NO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO
PENAL: os limites da confissão em caso de descumprimento ou não
homologação do ANPP**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito, do Departamento de Ciências
Jurídicas da Universidade Federal da
Paraíba, como exigência parcial da obtenção
do título de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Dr^a. Werna Karenina
Marques de Sousa

SANTA RITA - PB

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G633d Gomes, Evandro Francisco Rodrigues.

Digressões acerca do acordo de não persecução penal: os limites da confissão em caso de descumprimento ou não homologação do ANPP / Evandro Francisco Rodrigues Gomes. - João Pessoa, 2023.

71 f.

Orientação: Werna Karenina Marques de Sousa.
Monografia (Graduação) - UFPB/DCJ/SANTA RITA.

1. Acordo de não persecução penal. 2. Confissão. 3. ANPP. I. Sousa, Werna Karenina Marques de. II. Título.

UFPB/CCJ

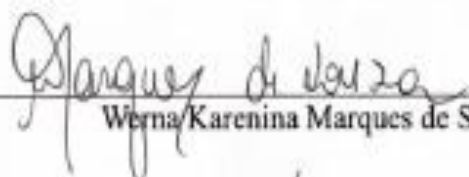
CDU 34




DISCIPLINA: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

**ATA DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE
CONCLUSÃO DE CURSO**

Ao trigésimo primeiro dia do mês de Maio do ano de dois mil e vinte três, realizou-se a sessão de Defesa Pública do Trabalho de Conclusão do Curso de Direito intitulado “Digressões acerca da confissão no acordo de não persecução penal: os limites da confissão em caso de descumprimento ou não homologação do ANPP”, sob orientação do(a) professor(a) Werna Karenina Marques de Sousa que, após apresentação oral, foi arguido pelos integrantes da Banca Examinadora que se reuniram, reservadamente, e decidiram emitir parecer favorável à Aprovação, de acordo com o art. 33, da Resolução CCGD/02/2013, do(a) aluno(a) Evandro Francisco Rodrigues Gomes com base na média final de 10,0 (Dez). Após aprovada por todos os presentes, esta ata segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.


Werna Karenina Marques de Sousa


Felipe Augusto Forte de Negreiros Deodato


Ana Clara Montenegro Fonseca

Dedico este trabalho àqueles que ousaram, um dia, sonhar.

AGRADECIMENTOS

Em cerimônias como esta, é demasiado injusto exigir que memórias tão falhas evitem esquecer todos aqueles dignos de receberem menção nesta nota de agradecimento. Trago para mim os ensinamentos de John Donne de que “nenhum homem é uma ilha”, visto, pois, que em meu percurso até aqui, alguém colaborou com minha caminhada. De antemão, agradeço a todos que de alguma forma estiveram comigo nesta trajetória. Tenho para mim que na vida precisamos uns dos outros e o que me contenta é saber que cada pessoa que comigo esteve de alguma forma deixou sua contribuição e alguma forma de aprendizado.

Inicialmente, registro meus agradecimentos àqueles que me concederam o dom da vida, a quem sou completamente grato: meus pais, Francisco de Assis e Bebiana Rodrigues. Talvez, vocês nem imaginassem que um filho de dois agricultores se tornaria Bacharel em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Obrigado por tudo! Obrigado, mãe, por desempenhar tão bem a sua missão materna, por sempre dar o melhor de si para que nunca nos faltasse o essencial. A sua luta é digna de reconhecimento. Obrigado por nunca me desamparar, mesmo nesses longos seis anos, morando distante de casa, vocês se fizeram presentes de alguma forma.

Sou grato, também, a minha segunda mãe, aquela que o coração acolheu, minha madrinha Têka Ramos, a que primeiro vibrou comigo quando descobrimos minha aprovação no curso de Direito, que me tomou como filho e me deu amparo nos momentos em que mais precisei. Mulher virtuosa, sábia, digna de todo amor e reconhecimento. Obrigado, madrinha, por me ter como filho, por me permitir adentrar em sua família e ter meu espaço preservado. A senhora é expoente em referência para mim, minha amiga, confidente, parceira e mãe, quando se faz necessário. Obrigado por tudo, principalmente pelo abraço afável que sempre recebo toda vez que retorno.

À minha família, meus avós (*in memoriam*), meus queridos irmãos e irmãs que sempre acompanharam essa jornada e torceram por mim, sobretudo aqueles que de forma direta ou indiretamente me ajudaram a continuar desbravando esse sonho em se tornar Bacharel em Direito.

Aos amigos, especialmente, os que construí durante esta estada na Paraíba, sem esquecer-se daqueles com quem convivi durante anos da minha vida em

Afogados da Ingazeira/PE. Aos que comigo estiveram nesta caminhada, especialmente, àqueles com quem tive a oportunidade de dividir apartamento, compartilhando os prazeres e dissabores que a convivência com pessoas estranhas nos proporcionam, meus agradecimentos.

Deixo meu registro de gratidão, também, a ela, que é mais do que uma irmã, pelo laço fraterno de irmandade construído ao longo desses anos e que, antes mesmo de iniciar o período, chegou para somar em minha vida. Ela que é referência para mim, que me fez sentir o bom sentimento de uma amizade verdadeira, saudável, sólida e confiável. Ela que, apesar de tantas diferenças, me encontrava nas semelhanças: nas músicas de Belchior, no café com cuscuz, na limpeza e organização da casa (risos), no bolo quente de banana com aveia e canela, nas provas de concurso; aliás, minha grande mentora e incentivadora do mundo dos certames públicos, no jeitinho bairrista de ser. Obrigado por tudo, Erlane!

A ela, com quem também tive a oportunidade de conviver durante esta estada, a mais popular de Guarabira e dona da melhor receita de bolo de banana caramelizado. Pessoa de garra e coragem indescritíveis, empoderada. Quero agradecer pelos ensinamentos, vivências e aprendizados. Pela oportunidade em conhecer uma mulher à frente do seu tempo e tão forte quanto você, Taty. Obrigado pela vivência!

Não poderia esquecer-me de Jayne, que se fez tão presente durante este período, que me fez perceber que somos seres em constante evolução. Uma das pessoas mais inteligentes que conheci na vida e que me inspira até hoje. Jayne, obrigado pela vivência.

À Paula Sadi, minha amiga e irmã. A pessoa mais linda, sensível, sensata e necessária que esse mundo poderia ter. Paula, obrigado pela oportunidade de conviver com uma mulher com características tão singulares como você. Obrigado por me proporcionar emoções tão marcantes, por dividir momentos tão bons durante esta estada. És especial para mim!

Não ousou esquecer-me de Malu, territorialista que é. Minha outra pessoa no mundo, a irmã que eu precisava ter. Tão singular, tão plural. Malu é vasto de coisas boas, sensíveis, aconchegantes. Malu é uma ponte que me faz atravessar e descobrir que do outro lado tem o abraço mais reconfortante dessa vida, tem a pessoa mais linda, doce, amável e verdadeira que alguém poderia ter. Malu é

aquela pessoa que “entra na chuva para se molhar”, e te puxa para aproveitar o banho de chuva junto dela. Obrigado por ser ponte para mim, Malu!

Aos demais amigos que encontrei na Paraíba, que de uma forma ou de outra contribuíram até aqui: Anderson Miler, Isaac Câmara, Israel, Gabriela Dias, Isadora Milena, Lucas, Karla, Maria, Edgards, Ynara, Kaline, Léo, Jones, Raí, Bel, Nysma, Rony, Kakashi, Nêno, Camóhn, Laerte, Letícia, Alberto Paredes, Poliana, Rodrigo Barros, Mateus Freitas, Polyana Medeiros, Jersey, Flaviana, Ivana, Varluce, Anna Karolina e os companheiros de jornada do Escritório Humberto Félix Advocacia.

Aos amigos da Primeira Vara Mista de Guarabira, oriundo da minha passagem como estagiário, obrigado por toda contribuição em minha formação acadêmica e pessoal. Enfrentamos juntos os limites e as dificuldades provenientes da pandemia do novo coronavírus, em razão da boa prestação de serviço aos jurisdicionados e a comunidade, representados por: Dr^a Flávia Fernanda, Naldinho, Verônica, Diego, Odimar, Jonas, Netinha, Jefferson, Elis, Marlene e Flávio.

Aos amigos da Procuradoria da República no município de Guarabira, especialmente aos servidores do gabinete, local onde encerro minhas atividades como estagiário de Direito e onde pude crescer como acadêmico/estudante diante de tanto conhecimento adquirido: Cristian, Joana, Danilo, Klebson, sou grato pela oportunidade de aprender com servidores tão competentes e dedicados. Ao longo do estágio procurei absorver todos os ensinamentos que o Ministério Público Federal tinha a oferecer. Foi uma das melhores experiências de aprendizagem que tive, pois percebi a grande importância desta instituição em nossa sociedade. Obrigado aos demais servidores: Jerferson, sempre com saudoso cumprimento na recepção; Betinha pelos cuidados com o ambiente; aos amigos da segurança, por me proporcionar estagiar com tranquilidade, muito obrigado!

Aos queridos amigos de Afogados da Ingazeira, especialmente, Edna Lúcia e Charles, por sempre se fazerem presentes, torcendo e me incentivando a continuar, aqueles com quem posso sempre contar, irmãos que a vida me deu. Myriam Ramos, minha irmã, amiga e pessoa por quem nutro grande carinho e admiração, que tanto me orgulha e é para mim uma grande referência na vida. Mônica Santos, minha amiga, mentora, dona dos ótimos passeios e dos melhores conselhos para a vida toda, meu carinho e admiração por essa mulher são indescritíveis. Mirely e Micheli Martins, que sempre torceram para que eu chegasse até aqui e juntas me proporcionaram grandes lembranças, minha gratidão à

amizade de vocês. Vilminha, obrigado pelo carinho e cuidado para comigo, és de grande valor para mim. Martinha, que vibrou muito com minha aprovação nesse curso e sabe da importância que esse momento representa para mim, obrigado por sempre estar comigo. Mônica e Erinete, por acreditarem na concretização deste sonho, muito obrigado. A todos os amigos, muito obrigado!

Aos meus professores, todos aqueles que foram a base para construção da minha trajetória acadêmica, desde o ensino fundamental, na Escola Municipal Domingos Teotônio, da Escola de Referência em Ensino Médio Monsenhor Antônio de Pádua Santos, do PREVUPE, até hoje. Abro um espaço para agradecer a minha professora Michelle Agnoleti, minha primeira referência em Direito Penal, grande e admirável doutora das ciências jurídicas.

À minha professora e orientadora, Dr^a Werna Karenina Marques de Sousa. Obrigado por me permitir ser orientando de uma das mentes mais brilhantes da UFPB, de alguém que se dedica com tanto afinco à docência, que zela pelo cuidado e responsabilidade com aquilo em que se compromete. O primeiro contato com a disciplina de Prática Jurídica II me embeveceu pela maestria da professora Werna em lecionar. Posteriormente, tive a oportunidade de ser monitor de sua disciplina, vivenciado uma das melhores experiências acadêmicas e que tem uma marca de grande valia para mim. Agora, como orientando, só faz reforçar o carinho e admiração que tenho pela senhora. Muito obrigado!

Finalmente, agradeço a Deus, pela fé que em mim desperta para continuar sonhando e lutando por meus ideais, por meus objetivos. Tenho para mim que “sonhar é uma das poucas liberdades”, e eu sonhei com tudo isso, mesmo quando sonhar não era permitido. Muito obrigado!

*Eu sou apenas um rapaz latino-americano
Sem dinheiro no banco, sem parentes importantes
E vindo do interior
(BELCHIOR, 1976).*

RESUMO

O presente estudo analisou acerca da legitimidade e aplicabilidade da confissão como requisito de formação do acordo de não persecução penal introduzido no Código de Processo Penal através da Lei nº 13.964/2019. Assim, analisou-se, assim, os limites da confissão e suas implicações quando o acordante descumpre os termos acordados ou quando não há homologação do acordo pelo juízo competente. Para isso, foram introduzidos debates que permearam os procedimentos embrionários que previram a formalização do acordo por intermédio das Resoluções 181/2017 e 183/2018 do CNMP; seguidamente, foi apresentado um estudo que discutiu a estruturação do acordo introduzido pela Lei nº 13.964/2019; e, por fim, discutiu-se sobre os limites da confissão nos casos de descumprimento ou não homologação. Desse modo, o presente estudo teve como objetivo analisar os limites da confissão exigida como elemento de formação do acordo de não persecução penal, sobretudo, quanto à legitimidade ou não de sua utilização quando do descumprimento do acordo ou nas ocasiões em que não é homologado. Desenvolveu-se através de pesquisas bibliográficas, utilizando como método o dedutivo, a partir da observação de artigos científicos, teses, doutrinas, legislações e jurisprudências, buscando aprimorar o presente através de uma estruturação, baseada no tipo de pesquisa exploratória, tendo como mola propulsora a pesquisa bibliográfica, pautada nas contribuições de outros pesquisadores interessados no tema, por meio de confrontos e relatos no produto resultante desta pesquisa. E, finalmente, concluiu-se que mesmo em se tratando de descumprimento do acordo a utilização da confissão resgatada como elemento de formalização do acordo torna-se ilegítima quando utilizada para subsidiar o andamento da ação penal ou servir de fundamentação para decisão condenatória. Em se tratando de não homologação, concluímos que o melhor posicionamento é aquele em que a confissão deve ser desentranhada dos autos a pedido do acordante, sob a condição de violação a preceitos constitucionais. Além do mais, utilizar-se da confissão colhida como elemento de formação do ANPP sem oportunizar ao acordante o direito de confirmação ou retratação agride direitos constitucionais entabulados no bom andamento do processo penal.

Palavras-chave: Acordo de Não Persecução Penal. ANPP. Confissão. Lei Anticrime

ABSTRACT

The present study analyzed the legitimacy and applicability of confession as a requirement for the formation of the non-prosecution agreement introduced in the Code of Criminal Procedure through Law No. 13.964/2019, examining the limits of confession and its implications when the party to the agreement breaches the agreed terms or when the agreement is not approved by the competent court. To this end, debates were introduced that permeated the embryonic procedures that first provided for the formalization of the agreement through Resolutions 181/2017 and 183/2018 of CNMP; subsequently, a study was presented that discussed the structure of the agreement introduced by Law No. 13.964/2019; and finally, the limits of confession were discussed in cases of breach or non-approval. Thus, the present study aimed to analyze the limits of confession required as an element of the formation of the non-prosecution agreement, particularly with regard to the legitimacy of its use in cases of breach or non-approval. The study was developed through bibliographic research, using deductive method, based on the observation of scientific articles, theses, doctrines, legislation, and jurisprudence, seeking to improve the present study through a structure based on exploratory research, using bibliographic research as a driving force, based on the contributions of other researchers interested in the subject, through comparisons and reports in the resulting product of this research. Finally, it was concluded that even in cases of breach of the agreement, the use of confession as an element of the formalization of the agreement becomes illegitimate when used to support the progress of the criminal action or as a basis for a conviction decision. With regard to non-approval, it was concluded that the best position is one in which the confession should be removed from the records at the request of the party to the agreement, under the condition of violation of constitutional precepts. Moreover, the use of confession obtained as an element of the formation of the non-prosecution agreement without allowing the party to confirm or retract it violates constitutional rights established in the proper conduct of criminal proceedings.

Keywords: Non-prosecution agreement. ANPP. Confession. Anti-crime Package.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC – AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE

ADI – AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

ANPP – ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

CADH – CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE OS DIREITOS DO HOMEM

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CNJ – CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

CNMP – CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CNPG – CONSELHO NACIONAL DE PROCURADORES-GERAIS DOS
MINISTÉRIOS PÚBLICOS DOS ESTADOS E DA UNIÃO

CP – CÓDIGO PENAL

CPC – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

CPP – CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

GNCCRIM – GRUPO NACIONAL DE COORDENADORES DE CENTRO DE
APOIO CRIMINAL

MC – MEDIDA CAUTELAR

MP – MINISTÉRIO PÚBLICO

MPDFT – MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

MPSP – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

STF – SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2 DO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	16
2.1 PROCESSO DE INSERÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	16
2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO Nº 181/2017 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO	18
2.3 DO MECANISMO DE MODIFICAÇÃO INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO 183/2018 DO CNMP	23
2.4 CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS APÓS REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.964/19	26
3 DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	28
3.1 CONCEITO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	28
3.2 DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL	31
3.2.1 Pressupostos relacionados ao fato e à imputação	31
3.2.2 Pressupostos relacionados ao autor do delito (investigado)	35
3.2.3 Pressupostos relacionados à política criminal e a justa causa	38
3.2.4 Pressupostos relacionados à confissão formal e circunstanciada	40
4 DOS LIMITES DA CONFISSÃO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO OU NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ANPP	44
4.1 DA CONFISSÃO FORMAL E CIRCUNSTANCIADA	44
4.2 DA NATUREZA JURÍDICA DA CONFISSÃO	45
4.3 DA HOMOLOGAÇÃO DO ANPP	46
4.3.1 Da decisão homologatória do ANPP	47
4.4 DOS EFEITOS DA CONFISSÃO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO ANPP	50
4.5 CONSEQUÊNCIAS DA CONFISSÃO EM CASO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ANPP	56
5 CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.964/2019, comumente conhecida como “Lei Anticrime” ou “Pacote Anticrime”, apresentou expressivas alterações no que se referem à justiça penal negocial, ofertando ao ordenamento jurídico brasileiro um novo instituto jurídico da seara consensual, o conhecido Acordo de Não Persecução Penal – ANPP. Ocorre que essa modalidade de acordo restou por apresentar diversas inquietações no campo doutrinário entre processualistas penais. Especificamente, quanto à necessidade de confissão formal e circunstanciada do indiciado, para formalização da benesse não persecutória. Assim, gerou discussões que remetem a uma análise constitucional da circunstância elementar apresentada no acordo não persecutório ao induzir a confissão formal como requisito elementar para a homologação do acordo.

Por escolha didática, decidimos apresentar no primeiro capítulo o mecanismo de introdução do acordo de não persecução penal em nosso ordenamento jurídico, que se deu, primeiramente, por meio da Resolução nº 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Nesse momento, passamos pelas principais discussões doutrinárias acerca da inserção desse novo instrumento de justiça consensual e delimitando, sobretudo, quanto aos posicionamentos tomados acerca da (in)constitucionalidade do procedimento regulamentado por meio de portaria.

Ainda no primeiro capítulo, buscamos esboçar dentro do campo de explanação sobre a evolução da justiça negocial as principais premissas acerca da Resolução 183/2018 do Conselho Nacional do Ministério Público, responsável por significativas alterações na Resolução 181/2017 do CNMP, também envolta por importantes discussões acerca da sistemática dos requisitos elencados para formalização do acordo de não persecução penal. Posteriormente, finalizando esta parte, apresentamos as principais nuances doutrinárias no que tange ao conflito aparente de normas a partir da inserção legislativa promovida pela lei 13.964/2019 (pacote anticrime), que trouxe em suas disposições a regulamentação da benesse não persecutória.

No segundo capítulo, nossa percepção esteve voltada para os pressupostos de formação do Acordo de Não Persecução Penal a partir dos requisitos elencados pela Lei nº 13.964/2019. Desse modo, estudamos os principais

elementos exigidos para formulação do acordo de não persecução penal, abarcando desde o conceito do instrumento de justiça consensual e demonstrando o procedimento de regulamentação através da lei 13.964/2019 que modificou o Código de Processo Penal ao introduzir a benesse não persecutória em nosso ordenamento jurídico, a natureza jurídica do ANPP. Buscaremos, também, demonstrar as hipóteses de cabimento e vedação do ANPP sob o prisma da nova legislação e comentários tecidos pela doutrina sobre a temática.

No terceiro capítulo, abordaremos acerca dos limites da confissão entabulada como exigência para formalização do acordo de não persecução penal, a partir de olhar esmiuçado, haja vista a necessidade de discutir sobre a violação ou não de parâmetros constitucionais que orientam o processo penal como todo, bem como os limites da confissão em nosso sistema penal, ao passo em que se faz necessário questionar sobre a exigência da confissão formal dentro do processo de formalização do ANPP e suas implicações no ordenamento jurídico. Passamos pela análise de normas delimitadas na Constituição Federal de 1988, bem como no sistema supralegal, justamente pela exigência de que o acusado confesse formalmente e circunstancialmente a prática do delito para gozar, de fato, da benesse não persecutória.

Para melhor percepção da questão abordada, fez-se necessário deleitar-se em uma estrutura que concatena estudos sobre a exigência da confissão, delimitada como requisito imprescindível para proposta do acordo de não persecução penal, com vislumbre, sobretudo, em apontamentos que questionam se a mesma pode ser compreendida como mero pressuposto para formalização/homologação do acordo ou se constitui um meio de prova. Nessa perspectiva, procuramos elencar, a partir dessa reflexão, se há ou não produção de efeitos processuais que atingem o investigado nas situações em que se descumprem os requisitos elencados no acordo de não persecução penal ou em caso de não homologação pelo Poder Judiciário, tecendo discussões produzidas pela doutrina, assim como através de tímida manifestação jurisprudencial sobre o tema.

Assim, percebe-se que essa temática enfrenta questões de ordem social: ora, a natureza jurídica da confissão no ANPP conversa com princípios de órbita constitucional apregoados em nossa Constituição Federal, tais como o contraditório, a ampla defesa, a presunção de inocência e a não-autoincriminação,

que podem sofrer ingerências desfavoráveis ao acusado, passíveis de serem violados a depender do entendimento que se firme em relação à natureza jurídica do ANPP.

Ademais, a relevância em se pesquisar nesta temática mostra-se de grande valia, visto que embora a recente inovação legislativa, firmada pela Lei nº 13.964/2019, já é possível debruçar sobre inúmeras contribuições acerca do assunto, pois existe amplo debate decorrente de posicionamentos sobre a exigência da confissão como elemento de formalização do acordo não persecutório.

Neste esteio, englobam-se dois grandes posicionamentos jurídicos, o da doutrina e dos órgãos do Ministério Público, que traçam relevantes embates de pensamentos sobre os limites da confissão como meio de prova ou mero pressuposto de legalidade para a formalização do acordo de não persecução penal.

Para além disso, ainda, no terceiro capítulo apresentando os efeitos da confissão em situações em que o beneficiado descumpra as cláusulas acordadas com o órgão acusatório, bem como mostramos, por meio de um panorama teórico, quais são, por ora, os efeitos da confissão em caso de não homologação ou recusa do acordo de não persecução penal.

Por fim, a presente pesquisa foi realizada através de pesquisas bibliográficas, utilizando como método o dedutivo, sob o prisma da observação de artigos científicos, teses, doutrinas, legislações e jurisprudências, com o escopo de analisar os limites da confissão no acordo de não persecução penal e seus reflexos em caso de não cumprimento das condições impostas ou não homologação pelo órgão judiciário.

2 DO PROCESSO DE INCLUSÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O que se pretende, neste primeiro capítulo, é trazer a conhecimento os contornos gerais sobre o procedimento embrionário que deu razão à formalização do acordo de não persecução penal na órbita do ordenamento jurídico brasileiro, que tem, sobretudo, o ensejo de modificar a realidade do sistema de justiça penal brasileiro por meio de alternativas que possibilitem a composição das lides penais seguindo as tendências de resoluções consensuais introduzidas na sistemática do direito processual brasileiro.

Para isso, faz-se necessário traçar um estudo acerca dos instrumentos regulatórios que introduziram o acordo de não persecução penal em nossa legislação, suas implicações no ordenamento jurídico e as proporções apresentadas a partir da implementação do acordo não persecutório pela lei 13.964/2019.

Trata-se, portanto, de passo indispensável para fixarmos premissas fundamentais ao posterior estudo específico e objeto central desta pesquisa, qual seja, o debate acerca dos limites da confissão no acordo de não persecução penal, tendo em vista que essa questão, em uma lógica mais alargada, é permeada por importantes questionamentos de ordem crítica.

2.1 PROCESSO DE INSERÇÃO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

O Acordo de não persecução penal emana no sistema de justiça criminal brasileiro como um mecanismo de simplificação procedimental, que busca instrumentalização através de um negócio jurídico transacionado entre a acusação e a defesa, em que o investigado abre mão de alguns direitos básicos, inerentes à ritualística processual penal, como alternativa à persecução penal, para atender a demanda ofertada pelo órgão acusador de forma que se submete às condições transacionadas em detrimento de benefícios processuais, dos quais o principal deles é justamente evitar o desencadeamento de uma persecução penal.

Com a expedição da Resolução nº 181/2017, em 07 de agosto de 2017, pelo Conselho Nacional do Ministério Público Brasileiro (CNMP, 2017), que passou a regular a “instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal pelo Ministério Público”, pode-se localizar, de forma inovadora, a possibilidade de um

acordo de não persecução penal baseado, sobretudo, na argumentação da existência de inúmeros processos que se acumulavam nas diversas varas criminais do judiciário brasileiro, bem como pela necessidade em se viabilizar métodos alternativos capazes de solucionar essas demandas no Processo Penal, com vistas a dar celeridade processual e desafogar as unidades criminais marcadas pela falta de andamento processual.

Não se desconhece outra realidade do sistema de justiça penal brasileiro senão àquela em que é caracterizada pela morosidade e ineficiência dos procedimentos processuais tipicamente adotados em nosso ordenamento jurídico. A respeito disso, de acordo com dados estatísticos colhidos no 19º Relatório Justiça em Números 2022 (CNJ, 2022, p. 227), o tempo médio de duração de um processo criminal, na justiça estadual (fase de conhecimento), é de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses até o primeiro julgamento. Não diferentemente, os processos referentes às execuções penais das penas privativas de liberdade levam em média 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses na Justiça Estadual e de 03 (três) anos e 01 (um) mês na Justiça Federal para serem baixados¹.

Estabeleceu-se, no art. 18 da resolução 181/217 (CNMP, 2017, p. 15-17), de forma simplória, visto que seu esboço aplicava-se apenas para crimes de natureza ambiental e tributária que contassem como objeto de procedimentos investigativos a cargo do Ministério Público, que:

Art. 18 - Nos delitos cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal, desde que este confesse formal e detalhadamente a prática do delito e indique eventuais provas de seu cometimento, além de cumprir os seguintes requisitos, de forma cumulativa ou não.

Consoante dispõe Alexandre Morais da Rosa (2017):

¹ Em 2021, ingressaram, no Poder Judiciário, 2,2 milhões de casos novos criminais (Figura 157), sendo 1,5 milhão (56,5%) na fase de conhecimento de primeiro grau, 11,1 mil (0,4%) nas turmas recursais, 573,5 mil (21,4%) no segundo grau e 140,2 mil (5,2%) nos Tribunais Superiores. Além dos 2,2 milhões, foram iniciadas 441,7 mil (16,5%) execuções penais, totalizando 2,7 milhões de novos processos criminais, quando computadas as execuções penais. A Justiça Estadual é o segmento com maior representatividade de litígios no Poder Judiciário, com 70,8% da demanda. Na área criminal, essa representatividade aumenta para 92,6%. BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **19º relatório de justiça em números**. Brasília: DF, 2022, p. 224. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022-1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2023.

(...)

A resolução se restringe aos procedimentos investigatórios criminais de iniciativa do Ministério Público. Ou seja, não estão abarcados os procedimentos iniciados pela autoridade policial, de modo que se inaugura um privilégio aos investigados diretamente pelo Ministério Público, incompatível com o princípio da isonomia, especialmente o acordo de não persecução, a prevalecer a lógica do Protocolo 01/2017.

Dessa ritualística nasceria a possibilidade de transacionar o acordo não persecutório e, conseqüentemente, implicaria na aplicação da sanção imposta pelo Ministério Público.

Ocorre que a referida Resolução teve sua constitucionalidade questionada por regular o benefício do ANPP de forma aberta, não apresentando limitação da pena em abstrato, bem como não referendava alguma hipótese de controle judicial, visto que inexistia previsão para submeter as tratativas colhidas no acordo à homologação judicial.

Assim, considerando o contexto ao qual foi introduzida, gerou esse debate em que se duvidava da (in)constitucionalidade, sobretudo, ao argumento da competência do Ministério Público para introduzir ao ordenamento Resolução cujo conteúdo tratava de matéria de direito penal e de direito processual. Sendo que a não obrigatoriedade da persecução penal demandaria alteração ao crivo do legislativo, de modo que se respeitasse a legalidade estrita a quem se sujeita tais matérias, padecendo, daquele modo, de possível inconstitucionalidade formal, conforme Freire (2019, p. 332-333), por violação ao art. 22, I, da Constituição Federal, de acordo com Pereira e Parise (2020, p. 11).

Trazer à baila essa discussão sobre a constitucionalidade da Resolução 181/2017 implica na necessidade em apresentar as opiniões divergentes acerca desta temática e das correntes defendidas por alguns teóricos e estudiosos do assunto, que refletem, consideravelmente, na construção deste trabalho, o que será mostrado nos próximos tópicos.

2.2 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA (IN)CONSTITUCIONALIDADE DA RESOLUÇÃO Nº 181/2017 DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Considerada como o primeiro esboço para a formalização do acordo de não persecução penal, a Resolução nº 181/2017 (CNMP, 2017) foi alvo de questionamentos acerca de sua configuração constitucional, se os critérios que a

criaram atenderam ou não aos preceitos legais que determinam que inovações jurídicas no âmbito da seara penal/processual penal devem passar pelo crivo do princípio da legalidade, razão pela qual a doutrina viu-se dividida em duas correntes.

Sob o prisma da argumentação favorável, há aqueles que defendem pela constitucionalidade da referida resolução, argumentando pela sua utilização, consubstanciada que instrumentos jurídicos do tipo do acordo de não persecução penal não se revestem de natureza penal ou processual penal, nem tampouco violam a possibilidade da obrigatoriedade da ação penal, justificando que a Resolução editada pelo CNMP apenas deu máxima efetividade a princípios de órbita constitucional, tais como o princípio da celeridade, da proporcionalidade e do acusatório (CABRAL, 2017, p. 30).

Nessa mesma linha de argumentação, em que se defende pela constitucionalidade dos dispositivos trazidos pela resolução em comento, por existir embasamento legal angariado na própria Constituição Federal (arts. 103-B, §4º, I², e 130-A, §2º, I³) que se concedeu ao Conselho Nacional de Justiça - CNJ e ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP competência para formalização de atos regulamentares (LIMA, 2020 p. 222-223).

Esse pensamento incorpora-se ao entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no que tange às resoluções do CNJ e do CNMP quando se resgata a decisão proferida na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 12 MC/DF (STF, 2006), ostentando que as tais resoluções possuem caráter normativo primário⁴ e, assim, em sua esfera administrativa, esses órgãos detêm legitimidade para expedir atos regulamentares de comando abstrato, com a ressalva de que as obrigações expedidas estejam no panorama de competência referente ao órgão expedidor (STF, 2012).

² “Art. 103-B. [...] §4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura: I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; [...]”.

³ “Art. 130-A. [...] §2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe: I zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências; [...]”.

⁴ A CF/88 regula o processo de criação das leis e de outros atos normativos primários, atribuindo repartição de competência, reserva de iniciativa, quóruns de votação e aprovação e outros requisitos procedimentais que precisam ser respeitados pelo legislador ordinário.

Dessa forma, conferir nuances de constitucionalidade ao acordo de não persecução penal imbuído na Resolução 181/2017 do CNMP é reconhecer sua natureza extrajudicial, visto não envolver prévia denúncia, não exige prestação jurisdicional por ausência de elementos constantes no acordo dentre aqueles firmados pelo Supremo Tribunal Federal cuja natureza seria de direito processual (CABRAL, 2017, p.13). Além disso, não trata da imposição de penas, pois tão somente apresenta nuances condizentes com a justiça negocial, perfazendo-se em direitos e obrigações, conforme pactuado (CABRAL, 2017, p. 33).

Para fins desta pesquisa, em relação aos argumentos favoráveis, observamos que alguns se mostram fragilizados e outros parcialmente aceitáveis, isso porque, no nosso entendimento, a forma embrionária do acordo de não persecução penal apresentada na referida resolução visa introduzir no ordenamento espaço de não obrigatoriedade da ação penal, bem como pode resultar em mecanismo de extinção da punibilidade do agente, refletindo, assim, na realização ou não da persecução penal, o que, a nosso ver, demandaria sujeição ao princípio da reserva legal.

Sobre isso, tomamos os ensinamentos de Pereira e Parise (2020, p. 10):

A Constituição Federal brasileira estabelece a reserva na competência para legislar em matéria penal ao Poder Federal, o que permitiu uma leitura sistêmica do que dispõem o princípio da legalidade e o princípio da reserva legal, previstos em seu artigo 5º, incisos II e XXXIX, respectivamente, ambos combinados com o artigo 22, inciso I: “Art. 5º [...] II – ninguém será obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei; [...] XXXIX – não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. “Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.

De outra banda, reconhecemos que a proposta do acordo trazida na Resolução de tal conselho esteja associada às noções de política criminal, com vistas a dirimir os fracassos imbuídos no sistema penal brasileiro por meio de medidas alternativas como o ANPP.

De modo diferente, os que defendem a inconstitucionalidade do art. 18 da Resolução N° 181/2017 do CNMP, em termos gerais, criticam a falta de competência por parte do Conselho Nacional do Ministério Público para edição de normas imbuídas com o mesmo teor da Resolução retro; sobre o poder de investigação do Ministério Público e sobre a distribuição de competências legislativas apresentadas pela Constituição Federal.

No que tange ao poder de investigação do Ministério Público, essa questão já se encontra discutida e reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário de nº 596.727/MG, que assim dispôs:

O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado, observadas, sempre, por seus agentes, as hipóteses de reserva constitucional de jurisdição e, também, as prerrogativas profissionais de que se acham investidos, em nosso País, os Advogados (Lei 8.906/1994, art. 7º, notadamente os incisos I, II, III, XI, XIII, XIV e XIX), sem prejuízo da possibilidade – sempre presente no Estado democrático de Direito – do permanente controle jurisdicional dos atos, necessariamente documentados (Súmula Vinculante 14), praticados pelos membros dessa Instituição (BRASIL, 2006).

Passaremos, adiante, às demais questões.

A respeito da natureza jurídica das resoluções e do poder de regulamentação atribuído ao CNMP, Lênio Streck, Ingo Wolfgang Sarlet e Clemerson Merlin Clève (2005), consagram inconcebível conceder permissão a órgão de natureza jurídica administrativa, com o intento de regulamentar a Constituição ou a legislação infraconstitucional, para que crie direitos e obrigações ou até mesmo restrinja-os. Nas palavras: “[...] a leitura do texto constitucional não dá azo à tese de que o constituinte derivado tenha “delegado” aos referidos Conselhos o poder de romper com o princípio da reserva de lei e de reserva de jurisdição”.

Em termos semelhantes, Mateus Bertoncini (2018, p. 66-67), argumenta que: “o poder regulamentar do CNMP é poder de expedição de atos normativos infralegais, o que significa dizer que o Conselho não pode criar direito novo, não poder criar ou revogar norma primária, de atribuição exclusiva do Poder Legislativo”.

Para os adeptos da inconstitucionalidade do art. 18 da resolução em comento, em decorrência da natureza administrativa do CNMP não lhe caberiam legislar acerca de matéria inerente à competência exclusiva da União, por força do art. 22, I, da Constituição Federal, acarretando, assim, transgressão constitucional aos preceitos entabulados no referido artigo.

Nesse entendimento, a resolução não poderia regulamentar assunto condizente à matéria processual penal, acentuando-se, também, que ato normativo do CNMP não poderia determinar direitos e obrigações a outros órgãos ou obrigar, por exemplo, o agente a fazer ou deixar de fazer algo em virtude de força de ato administrativo e não de uma lei como determina a CF.

Aos argumentos dos que consideram inconstitucional o formato apresentado pelo art. 18 da Resolução 181/2017 do CNMP, Vasconcellos (2019, p. 141), assenta que:

Primeiramente, o fato de o STF reconhecer que resoluções do CNJ (e, por essa lógica, do CNMP) possuem caráter normativo primário para expedir atos regulamentares (ADC 12 MC e MS 27621) não autoriza que assim se introduzam mecanismos contrários ao ordenamento jurídico vigente e violadores dos direitos fundamentais. De modo semelhante, a regulamentação da audiência de custódia por resolução do CNJ é situação distinta, pois visa a consolidar um direito fundamental (convencionalmente previsto), de aplicação imediata, no ordenamento brasileiro. Ao contrário, o art. 18 da Resolução n. 181/2017 introduz espaço de redução e potencial violação a direitos fundamentais. Por fim, a autorização para a celebração do referido acordo é norma de matéria processual, pois aborda a realização ou não da persecução penal, além de acarretar uma renúncia da defesa ao contraditório e ao devido processo legal, permitindo a realização antecipada da jurisdição penal.

Alinhados a esse pensamento, Andrade e Brandalise (2017, p. 239-262) posicionam-se pela inconstitucionalidade do art. 18 da resolução em comento, e, diante de muitas questões problemáticas, a supracitada resolução enfrenta, também, resistência por membros do próprio Ministério Público⁵, ao argumento de que a referida normativa afronta a competência legislativa, além dos princípios da reserva legal e da segurança jurídica, considerando, nesse ponto, que a resolução extrapola o poder regulamentar do CNMP.

Diante disso, a Associação dos Magistrados Brasileiros por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5790 (BRASIL, 2017), e a Ordem dos Advogados do Brasil por intermédio da Ação Direta de Inconstitucionalidade 5793 (BRASIL, 2017), foram ao Supremo Tribunal Federal arguir pela inconstitucionalidade da Resolução 181/2017 DO CNMP, questionando, sob o prisma do princípio da legalidade, que a criação de espaços de não obrigatoriedade por intermédio de uma Resolução figuraria violação a tal princípio.

Considerando que as referidas ações encontram-se em tramitação junto ao STF, pendente de julgamento, entende-se que a alegação de inconstitucionalidade restou prejudicada, visto que a Lei 13.964/2019, vulgarmente conhecida como “pacote anticrime”, inseriu no art. 28-A, do Código de Processo Penal, a

⁵ Por exemplo, em Minas Gerais, foi editada a Recomendação Conjunta PGJ CGMP N. 2, de 13 de set. 2017, a qual determinava que os promotores e procuradores de justiça de MG se abstivessem de celebrar os acordos previstos no art. 18 da Res. 181/2017 do CNMP. Disponível em: <http://s.conjur.com.br/dl/mp-mg-proibe-acordo-ignorar-acao-penal.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2023.

possibilidade de celebração de acordo de não persecução penal em configuração semelhante à resolução do CNMP, como indica Cabral (2020, p. 150).

Contudo, mais adiante, uma segunda referência normativa relacionada à inovação do acordo de não persecução penal que foi instituída pelo CNMP veio a lume, qual seja, a Resolução nº 183/2018 (BRASIL, 2018), que, por sua vez, alterou a Resolução nº 181/2017 do CNMP, atribuindo novos debates acerca da constitucionalidade do instrumento não persecutório.

Por fim, apresentados os principais contornos acerca da (in)constitucionalidade da Resolução nº 181/2017 do CNMP, diante das premissas que sustentam o desenvolvimento desta pesquisa, posicionamos-nos pela corrente que defende a constitucionalidade da resolução 181/2017 do CNMP, por compreendermos que a proposta do acordo de não persecução, penal encampado na referida Resolução, não expressa norma de caráter processual penal, mas tão somente institui um negócio extrajudicial que se amolda à competência administrativa consagrada ao CNMP e que os critérios sobrepostos na referida resolução não maculam as competências legislativas estabelecidas pela Constituição Federal, pois, se diferente fosse, estaria prejudicado o objeto dessa pesquisa que visa analisar os limites da confissão enclausurados nos requisitos formais para celebração do acordo. Ainda que o objetivo inicial apresentado pela Resolução em epígrafe é justamente evitar o desencadeamento da persecução penal.

Elencadas tais considerações, passamos a analisar as alterações promovidas através da implementação da Resolução de nº 183/2018 do CNMP.

2.3 DO MECANISMO DE MODIFICAÇÃO INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO 183/2018 DO CNMP

A partir dos questionamentos acerca da (in) constitucionalidade e, diante das críticas tomadas pela Resolução 181/2017, o CNMP formalizou a regulamentação de nova Resolução na intenção de suprimir as alegações de inconstitucionalidade, que rodeavam os contornos embrionários do acordo de não persecução penal, encabeçado na Resolução 181/2017 do CNMP, motivo pelo qual inovou com a regulamentação da Resolução de nº 183/2018 do Conselho Nacional do Ministério Público (BRASIL, 2018).

A regulamentação da Resolução 183/2018 do CNMP buscou dirimir eventuais problemas que padeciam na versão original da Resolução 181/2017 do CNMP, sobretudo, quanto à ausência de controle judicial sobre o acordo celebrado (ROCHA, 2021, p.13). Por certo, cabe ao Judiciário exercer o controle, bem como impor limites aos acordos celebrados na esteira do direito processual penal, consolidando, assim, sua função de garantidor de direitos fundamentais e limitador do braço punitivo estatal. Dessa forma, eventual consenso para aplicação imediata de sanção criminal demanda, invariavelmente, a apreciação do órgão judicial, com vistas, essencialmente, a evitar abusos e violações a direitos fundamentais do imputado (ARAS, 2021, p. 103-104).

Ao resgatarmos algumas das mudanças apresentadas pela nova Resolução, de forma a demonstrar alguns dos principais ajustes apresentados pela edição do novo ato regulamentar no que tange à celebração do acordo de não-persecução penal, buscaremos traçar breves comentários, sobretudo acerca dos ajustes sofridos no art. 18 da Resolução 181/2017 do CNMP, por ser a alteração que se encontra em maior debate pela doutrina majoritária, que entende ainda estarem presentes aspectos de inconstitucionalidade, mesmo diante de nova regulamentação (VASCONCELLOS, 2019, p.133).

A resolução em destaque trouxe mudanças significativas ao procedimento redacional do acordo de não-persecução penal, de forma que entregou nova roupagem à redação dos artigos outrora encampados na resolução anterior, além de acrescentar novos dispositivos relacionados às tratativas veiculadas no acordo não persecutório.

Com as nuances introduzidas pela Resolução 183/2018 do CNMP, acrescentaram-se parâmetros objetivos para a celebração do ANPP, passando a integrar, assim, um conjunto de requisitos que ordenam pela possibilidade ou não da benesse não persecutória. Tem-se, como exemplo, a observância da pena mínima de 4 (quatro) anos e a exigência da confissão circunstanciada:

Art. 18. Não sendo o caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor ao investigado acordo de não persecução penal quando, cominada pena mínima inferior a 4 (quatro) anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa, o investigado tiver confessado formal e circunstanciadamente a sua prática, mediante as seguintes condições, ajustadas cumulativa ou alternativamente (BRASIL, 2018, p. 6).

Além disso, as alterações promovidas pela nova Resolução atingiram o §1º, delimitando sobre as hipóteses em que não é possível a utilização do acordo de não-persecução penal, bem como trouxe a possibilidade de vedação ao ANPP diante de suposta prática de crime hediondo ou equiparados; quando se tratar dos crimes com incidência na Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) (BRASIL, 2018, p. 6-7).

Mais adiante, e como mencionado no início deste tópico, a nova redação trouxe a necessidade de atuação do Poder Judiciário quanto à possibilidade de homologação do ANPP, de forma que a autoridade judiciária passaria a verificar, *in caso*, acerca das condições transacionadas entre o agente infrator e o órgão ministerial “§ 4º Realizado o acordo, a vítima será comunicada por qualquer meio idôneo, e os autos serão submetidos à apreciação judicial” (BRASIL, 2018, p. 7).

Dentre outras alterações, a Resolução prevê a reparação do dano ou a restituição da coisa à vítima, fazendo ressalva aos casos em que não seja possível realizá-la (BRASIL, 2018, p. 7). Essa possibilidade pode desenrolar-se da inexistência de dano, de casos em que pereceu o objeto ou até mesmo da incapacidade econômica do investigado (SOUZA, 2019, p.150). Prevista alguma impossibilidade, outros requisitos podem ser transacionados entre aqueles intitulados na referida Resolução.

Ainda, das alterações elencadas pela resolução 183/2018 do CNMP, podemos destacar a utilização de outros requisitos já devidamente previstos em nosso sistema jurídico, quais sejam: perda de bens e direitos, apontados pelo órgão ministerial como instrumentos, produtos ou proveito de crime; prestação de serviços à comunidade; pagamento de prestação pecuniárias nos moldes do artigo 45 do Código Penal (BRASIL, 1940), além de outros que o membro ministerial considere adequados.

Mais ainda, a Resolução prevê, no §12, ressalva pertinente no que diz respeito aos crimes militares, apontando para a impossibilidade do acordo de não-persecução penal no âmbito da Justiça Militar, na hipótese de crimes praticados por militares.

Por derradeiro, o §13 da Resolução 183/2018 do CNMP, conversa com o parâmetro quantitativo da pena mínima disposta no *caput*, de forma que passa a considerar as causas de aumento e diminuição da pena a partir do caso concreto, com a finalidade de se chegar à pena mínima e, assim, verificar pela possibilidade ou não do oferecimento do ANPP.

2.4 CONFLITO APARENTE DE NORMAS PENAIS APÓS REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 13.964/19.

Com a inovação legislativa balizada na Lei nº 13.964/2019 (BRASIL, 2019) (pacote anticrime), surgem certos questionamentos acerca da vigência da Resolução 181/2017 do CNMP, considerando que, mesmo após a *novatio legis*, a Resolução manteve-se vigente. Assim, com o surgimento do art. 28-A no Código de Processo Penal, é possível considerar aparente conflito de normas, tendo em vista que tratam do mesmo objeto, tanto o é, que após a entrada do diploma normativo foram ajuizadas várias Ações Declaratórias de Inconstitucionalidade, dentre elas a ADI de nº 6304 (BRASIL, 2020), que apresenta questionamentos acerca da exigência da confissão como requisito para celebração do acordo não persecutório.

Nesse ponto, com a regulamentação da Lei Federal, no âmbito de sua hierarquia em relação às Resoluções, comporta posicionamento normativo mais elevado, razão pela qual se pode apontar algumas consequências, dentre elas: nas situações em que o art. 28-A do CPP disponha de modo diverso dos pressupostos abordados na Resolução, por exemplo, considera-se preterível a disposição do CPP, considerando, pois, que os termos contidos nas resoluções seriam, por hora, revogados implicitamente.

De outro modo, quando as normativas apresentarem similitude e tratarem de questões idênticas, devem permanecer os dispositivos e suas respectivas validades. Além disso, ocorrendo hipótese em que a Resolução 181/17 do CNMP trate de questão não apreciada pelo Art. 28-A do CPP, mas que com ele não colida, pode-se sustentar que, nessa situação, continua valendo a disposição da referida resolução, já que se trata de normativa interna do MP, (CABRAL, 2021, p.56).

Há de se considerar, também, que a respeito desse conflito, o Enunciado 103 do MPDFT (Brasil, 2020) dispõe que:

Em razão da hierarquia das normas legais, a Resolução 181/2017/CNMP perdeu eficácia relativamente a temas regulados pela Lei 13.964/2019 inerentes ao acordo de não persecução penal, com os quais o referido ato normativo esteja em total ou parcial desacordo.

Há, aqui, indicação relevante que pode ser vista como uma solução para possíveis questionamentos acerca de conflitos aparentes entre normas.

Por derradeiro, no que se refere aos acordos formalizados anteriormente à vigência da Lei 13.964/19, sob o prisma da Resolução 181/2017 do CNMP, o melhor entendimento é de que as normas devem retroagir e ser aplicadas, nas hipóteses de ser mais benéficas, e as tratativas estejam em cumprimento (BEM, 2020, p. 104). Igualmente, entende-se que eventuais acordos não homologados sob a justificativa de ausência de previsão legal naquele momento poderiam ser submetidos à nova análise através dos pressupostos imbuídos no novo diploma legal (ANDRADE; MAGRIN, 2020, p. 147-152).

3 DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Elaboradas as análises consagradas no capítulo anterior, o que se pretende neste capítulo é apresentar explicações sobre o acordo de não persecução penal em si. Assim, nosso objetivo é delimitar, notadamente, os requisitos de formação desse instrumento jurídico, as características gerais, sua natureza jurídica, bem como os pressupostos de formação exigidos pela inovação legislativa decorrente da Lei nº 13.964/2019.

Portanto, passadas as considerações tomadas no capítulo anterior, adentramos em momento de importante destaque na elaboração do presente trabalho, pois nos direcionaremos essencialmente ao instituto do acordo não persecutório frente a sua formalização.

3.1 CONCEITO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

O acordo de não persecução penal pode ser compreendido como um instrumento de grande viabilidade capaz de solucionar consideradas demandas na seara penal, muito embora sua aplicação ainda enseje algumas críticas e que impõe algumas divergências acerca da aplicabilidade do instituto.

Com o advento da Lei 13.964/2019 (BRASIL, 2019), o famigerado “pacote anticrime” introduziu e regulamentou no sistema processual brasileiro a figura do acordo de não persecução penal, com previsão no artigo 28-A do Código de Processo Penal, configurando-o como um mecanismo de simplificação procedimental que se reveste das características de um negócio jurídico pactuado entre a acusação e a defesa, atendendo determinadas condições impostas pelo órgão acusador no intento de que, atendendo às circunstâncias impostas, e, cumprindo-as, evite-se o ajuizamento da ação penal.

Nesse aspecto, o legislador pátrio, com a implementação do ANPP ao CPP, procurou corrigir suas irregularidades trazidas pelas resoluções discutidas no capítulo anterior, bem como, firmar pelo princípio da estrita legalidade operando no direito penal e processual penal.

Aduz Cunha (2020, p. 127) que o acordo de não persecução penal trata-se de:

Ajuste obrigacional celebrado entre o órgão de acusação e o investigado (assistido por advogado), devidamente homologado pelo juiz, no qual o indigitado assume sua responsabilidade, aceitando cumprir, desde logo, condições menos severas do que a sanção penal aplicável ao fato a ele imputado.

Conceituando o instrumento não persecutório, Carvalho (2020, p. 248) alinha que:

O acordo de não persecução penal (ANPP) é um negócio jurídico de natureza extrajudicial celebrado entre o Ministério Público e o investigado (devidamente assistido por advogado/defensor), notadamente na fase de investigação de um ilícito penal, necessariamente homologado judicialmente, onde o investigado assume a responsabilidade do fato delituoso investigado, aceitando voluntariamente a cumprir determinadas condições não privativas de liberdade, em troca do compromisso do Ministério Público de não promover a ação penal e pugnar pela extinção de punibilidade, caso o acordo seja integralmente cumprido.

Para além disso, o acordo não persecutório configura-se como um negócio jurídico dentro do campo de justiça criminal negocial, o que, para Santos (2020, p. 250): “quando enxergado como um instrumento de consensualidade político-crimeal ligado ao princípio da oportunidade da ação penal pública, em favor da economia processual e da celeridade na realização da justiça criminal”.

Nesse aspecto, são apresentadas relevantes críticas, tendo em vista que parte da doutrina que mantém posicionamento contrário às disposições da Resolução nº 181/2017, por exemplo, entende pela violação ao princípio da obrigatoriedade da ação penal, razão pela qual se comunga dos delineadores introduzidos pelos artigos 129, inciso I, da Constituição Federal⁶, e 24 do Código de Processo Penal⁷, uma vez que, presentes indícios suficientes de autoria e havendo prova da materialidade, atendendo aos requisitos que compõem os pressupostos da ação penal, bem como as condições da ação penal, seria imperioso ao órgão ministerial propor a ação penal cabível.

Em comento, Vicente Greco Filho (2010, p. 113), dispõe que:

A ação penal pública apresenta as seguintes características:

⁶ Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público: I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei.

⁷ Art. 24. Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Necessidade. Existindo elementos probatórios razoáveis, o Ministério Público é obrigado a oferecer denúncia. O juízo de formação da *opinio delicti*, por parte do órgão do Ministério Público, é um juízo vinculado de legalidade e não de oportunidade. A relação entre a infração penal e a propositura da ação penal é uma relação de obrigatoriedade e não de eventualidade. [...].

Ainda, é preciso considerar que, tendo o ordenamento jurídico brasileiro adotado a sistemática da obrigatoriedade da ação penal como mola propulsora da atuação do órgão ministerial, e, em igual medida, apresenta mecanismos de justiça consensual, considerando que no eixo processual penal, a ideia de justiça consensual, como no caso da *benesse não persecutória*, busca-se “um modelo participativo na resolução de lides penais, em que se busca convergência de vontades, fundamentado no diálogo entre o órgão acusador ministerial e a defesa” (VASCONCELLOS, 2015, p. 55), sendo natural, portanto, que se enfrente aparentes discussões acerca desse antagonismo.

A respeito, “o princípio da obrigatoriedade, em todas as suas formas, é mantido pelo ordenamento jurídico, em que pese a introdução do modelo consensual já firmado”, Jardim (2001, PÁGINA). Em outra posição, a inserção dos modelos consensuais confirmaria a tese de que a obrigatoriedade da ação penal seria apenas um “mito” criado no ordenamento brasileiro, (OLIVEIRA, 2017, p. 237-262).

Por derradeiro, em outro aspecto, entende-se que a escolha legislativa não importou em adoção do princípio da oportunidade, mas consagrou o princípio denominado de “discrecionabilidade regrada” ou princípio da “obrigatoriedade mitigada” (GRINOVER, 1998, p. 150).

Por fim, quanto à terminologia, é preciso encarar que o ANPP não consagra por si próprio, em dispensabilidade da ação penal, e é desse posicionamento que nos filiamos, pois o instrumento de justiça negocial é implementado, em regra, ao final da fase de investigação, a qual é uma das partes da persecução penal (BIZOTTO, 2020, p. 150).

Demais disso, ainda que se considere que as condições impostas ao autor de determinado crime, na roupagem apresentada pelo acordo de não persecução penal, não sejam consagradas como penas, são conceituadas como equivalentes funcionais à pena, o que, nesse ponto, pode ser compreendido como uma resposta sancionatória, visto que o ANPP não dispensa, de certo modo, a aplicabilidade de determinadas medidas, aqui vistas como sanções.

3.2 DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

Para além do que já discutido até o presente momento, passaremos a abordar os pressupostos de formação do acordo de não persecução penal entabulados no art. 28- A do Código de Processo Penal.

3.2.1 Pressupostos relacionados ao fato e à imputação

De início, sobre os aspectos a serem analisados, tem-se que precisamos, primeiramente, analisar os pressupostos relacionados ao fato e à imputação, ou seja, identificar a situação fática apresentada pelo órgão acusador e a capitulação a isso relacionada, requisitos fundamentais para a formalização do acordo de não persecução penal.

Dentro dessa primeira análise, é preciso buscar assemelhar que o primeiro pressuposto diz respeito à ocorrência prevista no *caput* do art. 28-A do CPP (Brasil, 2019), qual dispõe que a infração penal comporte pena mínima inferior a 4 (quatro) anos:

Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente.

Releva comentar que para o cômputo desse requisito, devem ser consideradas, conforme previsão do parágrafo primeiro do art. 28-A do CPP (Brasil, 2019), as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto “§ 1º Para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o *caput* deste artigo, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto”, bem como a previsão do Enunciado 29 do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (CNPGE) e do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM):

para aferição da pena mínima cominada ao delito a que se refere o art. 28-A, serão consideradas as causas de aumento e diminuição aplicáveis ao caso concreto, na linha do que dispõe os enunciados sumulados n. 243 e n.

723, respectivamente, do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Ressalta-se que essa disposição consagra situações já delimitadas no Código Penal (BRASIL, 1940), seja na parte geral ou na parte especial, bem como nos demais conjuntos de disposições legais infraconstitucionais (CABRAL, 2021, P. 94), porém, observa-se que a sistemática apresentada na benesse não persecutória não faz referência às agravantes, atenuantes nem mesmo às circunstâncias judiciais intituladas no código penal (ROCHA, 2020, p. 159).

O disposto também não faz menção a qual parâmetro deve ser utilizado para considerar as causas de aumento ou de diminuição da pena. Nesse aspecto, o melhor posicionamento é de que deve ser considerada a maior diminuição, na hipótese de se tratar de situação minorante; e de menor aumento, sendo causa majorante da infração penal, visto que o parâmetro de cabimento é a pena mínima potencialmente aplicada (SAAD, 2021, p. 178). Além disso, o art. 28-A do CPP, faz referência ao termo infrações penais de forma genérica, razão pela qual não se deve considerar a natureza do tipo penal, se trata de crime ou contravenção penal (ROCHA, 2021, p. 20).

Nesse aspecto, verifica-se que o posicionamento do legislador pátrio ao delimitar o parâmetro de 4 (quatro) anos, buscou objetivar a gravidade da infração, tendo como suporte o disposto no artigo 44 do Código Penal⁸, por considerar que no caso concreto poderia vigorar a substituição da pena privativa de liberdade pela pena restritiva de direitos (CABRAL, 2021).

Outro pressuposto que se verifica nesse conjunto diz respeito à vedação da celebração do ANPP em infrações penais cometidas com violência ou grave ameaça, conforme se extrai do art. 28-A do CPP. A grave ameaça e a violência a que se refere à disposição devem ocorrer na modalidade dolosa, o que gera verificação desses elementos no que tange à conduta praticada pelo indivíduo, e não no resultado. Assemelha-se, mais uma vez, à vedação consagrada no art. 44 do Código Penal, quanto à substituição por pena restritiva de direitos (art. 44, inciso I, CP), o que nos faz inferir que a pretensão do legislador se reveste na possibilidade

⁸Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998). I Aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; 39 § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: I - Se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei;

de condicionar a celebração do acordo de não persecução penal aos fatos em que haveria a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É de se pensar, também, que em decorrência desse procedimento, o ANPP pode ser transacionado em crimes de natureza culposa ainda que presente o resultado violência, segundo consta no Enunciado 23 do CNPG e do GNCCRIM (2019, p.7), vejamos:

É cabível o acordo de não persecução penal nos crimes culposos com resultado violento, uma vez que nos delitos desta natureza a conduta consiste na violação de um dever de cuidado objetivo por negligência, imperícia ou imprudência, cujo resultado é involuntário, não desejado e nem aceito pelo agente, apesar de previsível.

Superados esses requisitos, é fundamental ainda que o delito praticado não se encaixe nos crimes de violência doméstica ou familiar ou por razões da condição do sexo feminino, conforme dispõe o inciso VI, § 2º, do Art. 28-A do CPP. Aliado a este requisito está a necessidade de promoção de uma política criminal de não negociação da 11.340/06 (Lei Maria da Penha), que, em conformidade ao seu art. 41(Brasil, 2006), não permite a aplicação da Lei 9.099/95 (BRASIL, 1995) e os mecanismos de justiça consensual lá previstos⁹.

Sobre isso, Bianchini (2019, p. 21) assevera que:

E é essa condição (vulnerabilidade) que justifica o tratamento diferenciado que a Lei Maria da Penha reservou às mulheres (não todas, mas as que se encontram em situação de violência no contexto doméstico, familiar ou em uma relação íntima de afeto). Recusar essas circunstâncias representa a negação da própria motivação da Lei Maria da Penha como de ação afirmativa.

Essa vedação é aclamada por doutrinadores que reconhecem pelo acerto do legislador pátrio ao denegar pela celebração dos acordos em casos de violência de gênero, considerada a situação endêmica de violência contra a mulher no país, conforme Dezem, Brasil e Souza (2020).

⁹ Além disso, na Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19, o STF reconheceu a constitucionalidade do dispositivo, pois “em consonância com o disposto no § 8º do artigo 226 da Carta da República, a prever a obrigatoriedade de o Estado adotar mecanismos que coibam a violência no âmbito das relações familiares”. STF, ADC 19, Tribunal Pleno, Rel. Min. Marco Aurélio, j. 09/02/2012.

A literalidade do inciso IV do § 2º do Art. 28-A orchestra que não é cabível o ANPP “nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar, ou praticados contra a mulher por razões do sexo feminino, em favor do agressor.” Nesse ponto, a vedação engloba duas situações articuladas entre si, mas distintas. Primeiro, quanto àquelas infrações cometidas no âmbito de violência doméstica ou familiar; segundo, quando cometidas em detrimento da condição do sexo feminino.

Associado a essas vedações, dispõe o Enunciado 102.XX do MPDFT (BRASIL, 2020):

A vedação à celebração de acordo de não persecução penal no caso de crimes ‘praticados contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em favor do agressor’ (art. 28-A, § 2º, IV) é aplicável mesmo que o fato não tenha ocorrido no âmbito de violência doméstica ou familiar.

Releva observar que essa causa de impedimento de proposta do ANPP também conversa com a Súmula 536 do STJ, Brasil (2015), que dispõe que “a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha”.

Por derradeiro, tem-se que não é cabível a oferta do acordo de não persecução penal quando presente hipótese de cabimento de transação penal¹⁰, nos termos dispostos no inciso I, §2º do artigo 28-A do Código de Processo Penal, Brasil (2019): § 2º O disposto no caput deste artigo não se aplica nas seguintes hipóteses: I - Se for cabível transação penal de competência dos Juizados Especiais Criminais, nos termos da lei.

Desse modo, caso estejam presentes os requisitos ensejadores do benefício da transação penal, esta terá preferência em relação ao ANPP. Essa preferência pela transação penal atende às diretrizes do sistema de justiça penal consensual, que abarca, além desta, a composição civil dos danos, a suspensão condicional do processo, o próprio ANPP, a colaboração premiada, entre outros.

Ademais, utilizando como parâmetro a Lei 9.099/95, ao se ponderar por um juízo de proporcionalidade é possível constatar que o mecanismo da transação penal, de fato, apresenta-se como uma melhor alternativa para o agente infrator,

¹⁰ Nos termos do art. 76 da Lei nº 9.099/95, a transação penal pode ser definida como “negócio jurídico bilateral, firmado antes do oferecimento da ação penal, e por meio do qual o acusado aceita submeter-se imediatamente à pena restritiva de direito ou à multa proposta pelo Ministério Público.” (CUNHA, 2019, p. 213).

sobretudo, porque esta atende os crimes de menor potencial ofensivo, bem como não exige do autuado antecipação da culpa, como acontece no acordo não persecutório. Nesta linha, dispõe o art. 61 (BRASIL, 2019) do referido diploma legal:

Art. 61 - Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para os efeitos desta Lei, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa. (sem grifos no original).

Assim, a propositura da transação penal acaba se tornando um benefício de melhor projeção ao agente delitivo quando comparada ao acordo de não persecução penal, sobretudo, quando se percebe que as penalidades aplicadas pela transação penal se configuram mais brandas em relação àquelas pretendidas pelo acordo não persecutório, bem como pela dispensabilidade da confissão formal pelo denunciado, (BIZZOTTO, 2020, p. 100).

3.2.2 Pressupostos relacionados ao autor do delito (investigado)

Neste presente tópico, a análise que se busca é apresentar os mecanismos incluídos nos pressupostos legais para oferecimento do acordo não persecutório que conversem com questões subjetivas relacionadas ao autor do delito.

Como ponto inicial temos que o primeiro requisito ensejador do ANPP, sob essa perspectiva, diz respeito ao fato de que o autor do crime não seja reincidente, que a conduta não tenha se formalizado de maneira habitual, reiterada ou com profissionalismo.

Essa circunstância está delimitada no inciso II do § 2º do Art. 28-A do Código de Processo Penal (BRASIL, 2019), que veda a propositura do acordo não persecutório: “se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas”. Parece-nos que o legislador pátrio optou por um requisito que avalia a vida criminal pregressa do acusado, optando por não oportunizar aos reincidentes o benefício do acordo de não persecução penal, ficando tal condição disponível para aqueles que, pela primeira vez, tenham praticado algum tipo, levando em consideração os consectários legais da reincidência ornamentados em nosso código de processo penal.

A respeito disso, cabe-nos indagar: essa previsão aplica-se ao reincidente genérico? Ao reincidente específico? Ou a ambos? Para responder tais perguntas, recorreremos às lições do código penal brasileiro que apresenta esclarecimentos acerca da reincidência¹¹. Sobre esse ponto, dispõe o art. 63 do CP (BRASIL, 1940) que: “verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”. Demais disso, o referido diploma legal também consagra considerações relacionadas ao período depurador¹² de cinco anos e a afastar os crimes militares próprios e políticos para fins de enquadramento no âmbito da reincidência, o que resulta, também, na vedação do acordo não persecutório.

Entendemos que a referida vedação esteja voltada para o reincidente específico, visto ser passível aqui o entendimento de eventual aplicação pela própria analogia do que se resgata no art. 44, § 3º do CP, que adota a postura de substituição da pena privativa de liberdade em situações não inspiradoras da reincidência específica, ou seja, do mesmo crime. Nesse ponto, como já mencionamos, a boa formatação da benesse não persecutória conversa pela sua aplicabilidade em situações que demandem cabível a aplicação da pena restritiva de direitos, pensamos, pois, por lógica, a intenção legislativa em operacionalizar, por analogia, os mandamentos do referido parágrafo terceiro (BEM, 2020, p. 195).

Além disso, a averiguação do critério “reincidência” é analisada sob o viés da folha de antecedentes criminais conforme preceitua a súmula 636 do STJ: “a folha de antecedentes criminais é documento suficiente a comprovar os maus antecedentes e a reincidência”, de forma que constitui norma impositiva à acusação comprovar o contrário. Demais disso, tem-se que a existência de inquérito policial em curso não se consagra como fundamento legal para impedir a concessão do acordo não persecutório, nos termos da Súmula 444 do STJ.

Em continuação, o inciso II do § 2º do Art. 28-A do Código de Processo Penal, ainda veda a celebração do ANPP nos casos em que se constate a existência de “elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou

¹¹Em crítica, no sentido de que há violação ao ne bis in idem com a consideração de fatos passados como reincidência: BEM, Leonardo S.; BEM, Viviane A. Acordo de não persecução penal: análise crítica a partir de suas fontes normativas. In: BEM; MARTINELLI (orgs.). **Acordo de não persecução penal**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 91.

¹² Considera-se período depurador o período entre a data de cumprimento ou extinção da pena anterior e a data em que praticado o delito que se pretende objeto do acordo. CABRAL, Rodrigo L. F. Manual do acordo de não persecução penal. 2ed. Salvador: Juspodivm, 2021. p. 118.

profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas”. Nesse ponto, a sistemática do legislador também não pareceu muito precisa, abrangendo conceitos vagos, voláteis e genéricos do quem vem a ser habitual, reiterada ou profissional.

Com o fito de subsidiar a presente pesquisa, filiamo-nos ao entendimento de que “crime habitual é aquele que se consuma somente com a prática reiterada da conduta, não somente com uma ação ou omissão” (MARTINELLI e BEM, p. 704)¹³. Há, portanto, a necessidade de reiteração da prática delituosa, de dedicação não eventual ao crime cometido. O que a nosso ver não seria a melhor escolha do legislativo optar por vedar a aplicação do ANPP tão simplesmente o crime configure natureza de crime habitual, realidade diferente seria quando, de fato, o agente tenha comprometimento demasiado com a conduta criminal, de sorte que o “autor do fato tenha um envolvimento prolongado e regular com a prática de infrações penais” (WUNDERLICH et al, 2020, p. 42-64).

Nesse sentido, temos os significados dos termos lançados pelo legislador:

Para tanto, lança mão dos conceitos de conduta habitual (prática constante e costumeira de ilícitos, não bastando um único crime anterior, devendo, portanto, essa prática criminosa fazer parte da forma de vida do agente – ainda que não necessariamente há longo período de tempo); reiterada (repetida, cometida mais de uma vez – aqui é suficiente uma única prática criminosa anterior – veja-se que não se exige um número mínimo de infrações anteriores) e profissional (quando o agente comete o delito de forma organizada e aperfeiçoada – aqui não interessa o número de infrações praticadas, mas a forma profissional com que ela é cometida) (CABRAL, 2020, p. 109).

Por fim, temos que, como exceção à vedação ora mencionada, o art. 28-A, § 2º, II, do CPP dispõe acerca da exclusão de infrações penais pretéritas insignificantes, o que, na dogmática do direito penal material, são consideradas materialmente atípicas, não figurando, portanto, infração penal, (MARTINELLI e BEM, 2020, p. 230).

De acordo com o Enunciado Interpretativo da Lei Anticrime nº 21 do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e Da União (CNPGE) (BRASIL, 2020), e do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal (GNCCRIM) (BRASIL, 2020), a interpretação que deve ser feita em

¹³ MARTINELLI, João Paulo; BEM, Leonardo S. **Direito Penal. Parte Geral**. 5ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 704.

relação ao dispositivo citado condiciona-se à análise restritiva de que infrações insignificantes são aquelas tidas como “infrações de menor potencial ofensivo”:

não caberá o acordo de não persecução penal se o investigado for reincidente ou se houver elementos probatórios que indiquem conduta criminal habitual, reiterada ou profissional, exceto se insignificantes as infrações penais pretéritas, entendidas estas como delitos de menor potencial ofensivo.

De outra banda, também é vedada a formalização do acordo de não persecução penal nas situações em que tiver “sido o agente beneficiado nos 5 (cinco) anos anteriores ao cometimento da infração, em acordo de não persecução penal, transação penal ou suspensão condicional do processo”, § 2º, III do art. 28-A do CPP. É imperioso destacar que essa escolha do legislador em vedar tal possibilidade caminha em um sentido de evitar a banalização da benesse não persecutória, fazendo com que o instrumento de justiça consensual seja destinado precisamente àqueles que pela primeira vez cometeram o delito.

3.2.3 Pressupostos relacionados à política criminal e a justa causa

Elaboradas as considerações anteriores, bem como feitos os esclarecimentos necessários a respeito dos pressupostos retromencionados, passamos a analisar a propositura do ANPP sob o viés de que ele constitui um instrumento de política criminal barganhada ao órgão acusatório.

O primeiro pressuposto relaciona-se com a necessidade e suficiência para reprovação e prevenção, de forma que, com rigor no art. 28-A, *caput*, do Código de Processo penal, caberá propositura do Acordo de Não Persecução Penal “desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime”. Sobre esse ponto, Pacelli e Fischer (2021. p. 253) afirmam que:

Embora a margem de discricionariedade no juízo quanto ao ser necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime, a legislação brasileira ainda não avançou para um modelo de legalidade na persecução penal. A Lei 13.964/19 tentou regulamentar as soluções de futuros dissensos, que até devem diminuir, diante do fim do controle judicial do arquivamento e do papel legalista a ele reservado nos acordos de colaboração premiada e agora no de não persecução, cuja iniciativa, claro, é unicamente do Ministério Público (e não da Polícia).

Assim, percebe-se que esse pressuposto é de longe, um dos mais subjetivos possíveis, o que faz com que demande uma análise mais detalhada a depender do caso concreto (ROCHA, 2021, p.27). Como o legislador não detalhou quais seriam os critérios necessários e suficientes, pensamos que, pela gestão de política criminal deve ser feito um juízo de proporcionalidade pelo órgão acusatório, o que demanda certa especificidade em cada caso concreto, razão pela qual se torna viável a necessidade de motivação pelo *parquet* em casos de não oferecimento do ANPP.

O pressuposto seguinte dar-se-á quando não for caso de arquivamento (faltar justa causa para persecução penal), o que, com parâmetro no próprio art. 28-A, *caput*, do CPP, que determina que só caberá o ANPP “se não for caso de arquivamento”. Nesse aspecto, compete afirmar que se faz necessário estarem presentes os pressupostos de admissibilidade da acusação, de forma que, sendo caso de justa causa da persecução penal, o Ministério Público procede com a proposta do acordo não persecutório, na hipótese em que estejam reunidos os demais requisitos.

Decorre disso que para a propositura da benesse, é necessário que estejam presentes as mínimas condições para propositura da ação penal, entabuladas nos critérios de autoria e materialidade da prática delitiva, como bem preceitua Cabral (2021, p. 166):

Assim, deve existir a aparência de prática de um crime (*fumus comissi delicti*) deve existir legitimidade da parte (ou seja, a ação deve ser penal pública), a punibilidade concreta deve estar preservada (não pode estar, por exemplo, prescrita a pretensão acusatória) e também deve estar presente a justa causa, consubstanciada pelos elementos informativos e probatórios mínimos que emprestem fundamento empírico para o oferecimento da denúncia.

Essa escolha do legislador converge com a realidade de que não se deve optar por realização de acordos nas demandas em que não destaquem elementos probatórios capazes de indicar a ocorrência de determinada infração penal.

A regra geral é de que o oferecimento do ANPP ocorra quando finalizado o procedimento investigatório, ou seja, quando construídos os elementos de convicção para oferecimento da denúncia, bem como da promoção de arquivamento. Diferente seria quando já recolhidos elementos probatórios, o que, excepcionalmente, permitiria ser feito em momento anterior. Nesse sentido, dispõe o Enunciado 102.III do MPDFT (BRASIL, 2020), “o acordo de não persecução penal destina-se aos

casos em que já existam nos autos da investigação elementos de autoria e materialidade suficientes para a promoção da ação penal”.

Nessa linha, a justa causa, no que tange aos pressupostos fáticos ensejadores do acordo não persecutório, consagra-se por meio de uma análise sobre o suporte probatório capaz de submeter determinado indivíduo ao processo penal. O ANPP só terá legitimidade quando houver lastro probatório¹⁴.

3.2.4 Pressupostos relacionados à confissão formal e circunstanciada

Encerrando esse capítulo, iremos analisar, brevemente, o último pressuposto que condiciona a formalização do acordo de não persecução penal, qual seja: a necessidade extraída pelo art. 28-A, caput, do CPP (BRASIL, 2019), de exigir a confissão formal do imputado como condição para sua formalização. É cediço que esse ponto toca no objeto central desta pesquisa, razão pela qual, por escolha didática, faremos uma abordagem superficial, deixando para o próximo capítulo as maiores discussões acerca da confissão no ANPP.

Com guarida no 28-A, caput, do CPP, a confissão formal e circunstanciada da prática do delito pelo agente entre, de maneira inovadora, como requisito para celebração do ANPP. Nesse ponto, assim dispõe o caput do art. 28-A do CPP (BRASIL, 2019):

Art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência).

Desta feita, no que tange à confissão, muito embora presentes importantes divergências doutrinárias acerca do tema, encontram-se posicionamentos na direção de que a necessidade da confissão como fator determinante para a formalização do acordo de não persecutório pode ter validade como meio a permitir um controle

¹⁴Trata-se de debate relevante em relação ao standard probatório necessário para homologação do acordo. Há quem sustente que seria inferior ao requerido para uma condenação (SALGADO, Daniel R. A horizontalização do acordo de não persecução penal. In: SALGADO, KIRCHER, QUEIROZ (coord.). **Justiça Consensual**. Salvador: Juspodivm, 2022. p. 478).

fático capaz de sobrepor a narrativa acusatória, bem como os elementos probatórios. Em razão, “o fato de ser exigir confissão formal e circunstanciada tende a permitir a aferição judicial de sua consistência e verossimilhança na narrativa daquele que se declara culpado” (SAAD, 2021, p. 180).

Na verdade, a confissão constitui a aceitação do acusado ao fato a ele imputado, servindo, inclusive, como meio de prova. A respeito disso, tomando que confissão, no sentido penal, é o ato de reconhecer-se ou declarar-se culpado, não carecendo de tantas exigências, somente sendo necessário que tal declaração aconteça livremente e decorra espontaneamente do imputado. Ou seja, o sujeito imputado faz reconhecer, por meio da confissão, a sua culpabilidade, conforme aponta Silva (2014).

De sorte, conforme o rigor apresentado na Resolução 183/2018 do CNMP, exige-se que a confissão deverá ocorrer na presença de seu defensor e que sejam gravados todos os procedimentos através de dispositivos audiovisuais, com vistas a obter maior fidelidade das informações apuradas. Assim dispõe o § 2º da Resolução 183/2018 do CNMP (BRASIL, 2018, p. 4).

§ 2º A confissão detalhada dos fatos e as tratativas do acordo serão registrados pelos meios ou recursos de gravação audiovisual, destinados a obter maior fidelidade das informações, e o investigado deve estar sempre acompanhado de seu defensor.

Convém mencionar que, para o Supremo Tribunal Federal¹⁵, a ausência da confissão pode ocasionar na não homologação do ANPP.

Por fim, revestem-se alguns questionamentos doutrinários acerca da (in)constitucionalidade da exigência da confissão pelo acusado como condição para a instrumentalização do ANPP. Aqueles que defendem a inconstitucionalidade da necessidade de exigência da confissão formal e circunstanciada encontram amparo constitucional no direito do acusado em não produzir provas contra si mesmo, sobretudo, quando se resgatam os mandamentos do Art. 5º, inciso LXIII da Constituição Federal¹⁶, sobre a possibilidade do direito ao silêncio, acarretando violação ao direito de não produzir provas contra si mesmo (SANTOS, 2020, p. 190).

¹⁵ HC 1833223, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Primeira Turma, julgado e, 18/08/2020, PROCESSO Eletrônico Dje-219 DIVULG 1-09-20 PUBLIC 02-09-20.

¹⁶ LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado.

De forma assemelhada, a Convenção Americana Sobre os Direitos do Homem - CADH - introduz que toda pessoa acusada tem “direito de não ser obrigada a depor contra si mesma, nem a declarar-se culpada”¹⁷.

Em similaridade, a Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ARACRIM (BRASIL, 2020), entidade representativa que propôs a ADI 6304, exigir que o acordante confesse a autoria delitiva agride preceitos constitucionais, em suma:

Referida previsão legal, enfim, afronta diretamente a presunção de inocência! (art. 5º, LVII, CF) e, possibilita, que o Ministério Público proponha, abusivamente, “acordo de não persecução penal” inclusive sobre fatos que não constituem crimes, pois o Judiciário não participa e nem fiscaliza a “negociação” do Ministério Público. Não se pode ignorar que o Ministério Público é uma Instituição que precisa de freios externos para evitar excessos e só quem pode contê-lo, processualmente falando, é um Juiz de Direito ou um Juiz Federal.

Por outro lado, os que defendem a constitucionalidade dessa exigência, entendem que os procedimentos legais para transação do acordo não persecutório exigem a voluntariedade do agente causador do delito, de forma que ele só confessa se assim quiser, por ser opção do agente (em conjunto com sua defesa) por assim fazer.

Sobre esse ponto, Norberto Avena (2021, p. 302) sustenta pela constitucionalidade da confissão exigida no APP, visto ser ato voluntário do investigado:

Celebra-o, enfim, se o quiser, não havendo qualquer constrangimento a que o faça. Agora, se for de sua vontade acordar com o Ministério Público, precisará sujeitar-se aos requisitos legalmente previstos para tanto, entre os quais está o da confissão. Lembre-se, ainda, que a proibição constitucional é a de que seja o investigado ou acusado obrigado a se autoincriminar sob pena de consequências de ordem penal ou processual penal, o que não ocorre por ocasião da formalização do acordo, que, repita-se, é ato voluntário do imputado. Além do mais, com o cumprimento do ajuste, ocorrerá a extinção de sua punibilidade (art. 28-A, § 13), não implicando o anterior reconhecimento da responsabilidade criminal em qualquer implicação penal.

À luz desse posicionamento, para Rodrigo Cabral, condicionar a celebração do ANPP à exigência formal e circunstanciada da confissão pelo indiciado não

¹⁷Disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm. Acesso em: 24 abr. 2023.

parece violar o direito de ficar calado, mesmo porque a decisão de confessar decorre de uma opção legítima e importante para a defesa do investigado, além de ser necessariamente orientada por defensor (CABRAL, 2021, p. 51).

Por fim, adentramos no terceiro capítulo apresentando considerações acerca dos limites da confissão em caso de descumprimento ou não homologação do ANPP, questão bastante controversa e diz respeito à possibilidade (ou não) de utilização desta para desencadeamento da ação penal, consubstanciando elemento da justa causa.

4 DOS LIMITES DA CONFISSÃO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO OU NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ANPP

Finalmente, neste último capítulo podemos apresentar melhores detalhes acerca da figura da confissão no acordo de não persecução penal. De antemão, temos que a confissão, da forma que está apresentada no art. 28-A, *caput*, do CPP, dissocia-se daquela confissão tida meramente como instrumento de mitigação da pena (atenuante). A roupagem da confissão atribuída pela lei 13.964/2019 inova a partir do destaque que lhe é consagrado, assumindo papel jurídico indispensável para a celebração do instrumento de justiça consensual.

4.1 DA CONFISSÃO FORMAL E CIRCUNSTANCIADA

Como abordado no capítulo anterior, entabula o art. 28-A, *caput*, do CPP, que um dos requisitos para formalização do acordo de não persecução penal transmuda-se com a exigência da confissão formal e circunstanciada do cometimento do delito pelo acusado. Este requisito diferencia-se, por exemplo, dos demais mecanismos de justiça consensual admitidos em nosso ordenamento jurídico, como a transação penal, a suspensão condicional do processo, a composição civil dos danos, entre outros.

Como dito anteriormente, parece-nos que essa exigência consagra uma necessidade relacionada ao controle da narrativa alegada pelo órgão acusatório, bem como dos elementos de convicção para a aferição do membro julgador. Nesse sentido, Felipe De-Lorenzi (2020, p. 221 - 222) dispõe que:

É certo que não se pode considerar suficiente uma confissão magra, que apenas faça menção superficial e genérica aos fatos narrados na denúncia. Também confissões escritas não devem ser admitidas, pois dificultam a verificação de que verdadeiramente foram feitas pelo réu e, ademais, reduzem a possibilidade de controle de sua credibilidade e coerência. Por isso, um pressuposto necessário dos acordos sobre a sentença deve ser uma confissão completa, pela qual o acusado narre pessoal, oral e detalhadamente os fatos ocorridos e sua concreta participação neles, em audiência pública, acompanhado de defensor e diante do juiz.

Desse modo, em que pese às considerações acerca da constitucionalidade da exigência da confissão como requisito essencial que permite transacionar o acordo não persecutório, precisamos destacar que essa questão deve ser analisada

sob o viés de que a simples confissão do acusado não deve ser considerada por si própria, tendo em vista o caráter sancionatório do acordo, mas que seja verificada à luz de um conjunto fático-probatório, capaz de legitimar a homologação do acordo quando presentes os elementos da justa causa.

É justamente nesse ponto que nos filiamos ao entendimento doutrinário de que o acordo de não persecução penal não é um desdobramento do *plea bargaining*¹⁸, mas uma ramificação da justiça consensual, espaço de consenso cada vez mais presente no processo penal brasileiro. Ancoramos-nos às lições de Nucci (2020, p. 60) quando afirma “é indiscutível ter sido perspicaz, não nomeando esse novo instituto de *plea bargain*, conferindo-lhe o caráter de acordo definitivo, sem o devido processo legal, pois seria questionada sua constitucionalidade”.

4.2 DA NATUREZA JURÍDICA DA CONFISSÃO

Temos que o ANPP, diante do que outrora abordado, configura-se como um instrumento de simplificação processual (ROSA; BERMUDEZ, 2021; WUNDERLICH et al, 2020; BORGES, 2021), de sorte que não passa a ser utilizado com finalidade probatória. Assim, diferentemente do que acontece com a colaboração premiada¹⁹, por exemplo, a confissão no acordo não persecutório tem natureza jurídica de pressuposto de validade e não de meio de prova.

Decorre, portanto, que não se deve afirmar que o ANPP, ao exigir a obrigatoriedade da confissão pelo indiciado, tenha por objetivo a busca dessa confissão como prova ao processo. Ademais, cumpre esclarecer que há autores, como Bem (2020, p. 182), que classificam a confissão apresentada pelo ANPP como sendo “um requisito de natureza objetiva-subjetiva, considerando que embora objetivo, concretiza-se apenas por meio de valoração subjetiva”. Em contrapartida, Cabral (2020, p. 111), classifica esse requisito como sendo de “natureza apenas subjetiva”.

¹⁸ Em síntese, o instituto do *Plea Bargaining* é um instrumento jurídico que concede ao “investigado a faculdade de não exercer o seu direito constitucional ao contraditório e de ser submetido a um julgamento precedido por um juiz natural e imparcial, desde que reconheça a autoria do fato investigado ainda na fase inquisitiva” (MORAIS, 2020, p. 78-79).

¹⁹ O instituto da colaboração premiada é considerado um meio de obtenção de prova. Sobre isso, cf. BADARÓ, Gustavo Henrique. A colaboração premiada: meio de prova, meio de obtenção de prova ou um novo modelo de justiça penal não epistêmica? In: MOURA, Maria Thereza A.; BOTTINI, Pierpaolo C. (Coord.). **Colaboração premiada**. São Paulo: RT, 2017.

Além disso, tem-se que, considerando que a própria finalidade do ANPP, é de se evitar a persecução penal, enquadrando a confissão em uma órbita de instrumento de natureza extrajudicial, consagrando-se, portanto, como procedimento administrativo e não meio de prova.

4.3 DA HOMOLOGAÇÃO DO ANPP

Para podermos finalmente adentrar na discussão que envolve os limites da confissão no acordo de não persecução penal em caso de descumprimento ou de sua não homologação, precisamos delimitar alguns aspectos sobre a homologação.

Assim, temos que a Lei nº. 13.964/2019 dispõe de controle judicial para a celebração do acordo, de tal forma que as tratativas diligenciadas entre o órgão acusatório e o indiciado devem ser submetidas à análise judicial. Destaca-se, por oportuno, e da forma que foi apresentada no primeiro capítulo, a versão original da Resolução 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público não apresentava nenhuma ação de controle judicial quantos às tratativas celebradas entre o órgão acusatório e o acusado, em razão dessa ausência, tivemos a formulação deste ponto pela Resolução 183/2018 do mesmo órgão e, conseqüentemente, pela Lei 13.964/19 que inseriu a necessidade da homologação do ANPP pelo judiciário.

Um dos critérios elencados pelo art. 28-A do CPP, especificamente no § 4º, é a necessidade de audiência para controle do acordo, que assim dispõe: para a homologação do acordo de não persecução penal, será realizada audiência na qual o juiz deverá verificar a sua voluntariedade, por meio da oitiva do investigado na presença do seu defensor, e sua legalidade”. Tem-se, nesse momento, a verificação da voluntariedade do autor do delito, questão bastante essencial e imprescindível para que ocorra a homologação.

Demais disso, essa exigência de audiência para controle do ANPP parte de uma obrigatoriedade, tendo em vista que devem ser esclarecidas as imposições ao acusado, bem como deve ser verificada a composição dos participantes, o que implica, necessariamente, a presença do juiz, o imputado e seu defensor e do Ministério Público. Embora encontremos alguns pontos divergentes acerca da presença, ou não, do membro do MP, como destaca o Enunciado 26 da Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP, 2020, p. 4): “não é obrigatória a participação do membro do Ministério Público na

audiência de homologação do acordo de não persecução penal prevista no § 4º do art. 28-A do CPP”.

Outro ponto em relação às alterações ocasionadas pela Lei 13.964/19 é que a homologação do ANPP seria de competência do juízo das garantias, quando ocorresse durante a fase de investigações:

Art. 3º-B. O juiz das garantias é responsável pelo controle da legalidade da investigação criminal e pela salvaguarda dos direitos individuais cuja franquia tenha sido reservada à autorização prévia do Poder Judiciário, competindo-lhe especialmente: (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019) (Vigência) (Vide ADI 6.298) (Vide ADI 6.299) (Vide ADI 6.300) (Vide ADI 6.305). XVII - decidir sobre a homologação de acordo de não persecução penal ou os de colaboração premiada, quando formalizados durante a investigação (BRASIL, 2023).

Parece-nos até acertada essa sistemática, por considerar que o juiz das garantias seria o juiz competente para realizar o controle dos atos realizados na fase pré-processual. Porém, até o presente momento a previsão do juiz das garantias encontra-se com eficácia suspensa por decisão monocrática em sede cautelar proferida pelo Ministro do STF Luiz Fux²⁰.

Cumprе esclarecer, também, que a competência para a execução do acordo em caso de homologação é atribuída ao juízo da execução penal, conforme estabelece o § 6º do art. 28-A. Essa delimitação sofre algumas críticas doutrinárias, com destaque de ser inadequada a escolha do legislador por designar o juiz da execução penal, considerando que o acordo não persecutório não se reveste de uma sanção aplicada pelo Estado, mas sim de condições transacionadas entre o indiciado e o órgão acusatório, conforme Sanches (2020).

De todo modo, em que pese as críticas enfrentadas no que tange ao conteúdo do controle jurisdicional, na hipótese de recusa pelo magistrado à homologação do ANPP, tanto o indiciado quanto o Ministério Público poderão recorrer da decisão pela via do Recurso em Sentido Estrito, nos termos do art. 518, XXV do Código de Processo Penal.

4.3.1 Da decisão homologatória do ANPP

²⁰ STF, ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, decisões monocráticas, Rel. Min. Luiz Fux, j. 22.1.2020.

Neste ponto, temos que, uma vez realizados todos os procedimentos que delimitam as tratativas do ANPP, ao final, possibilitam-se ao juiz:

a) homologar o acordo de não persecução penal, hipótese em que o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo da execução penal (CPP, art. 28-A, §6º). A vítima deve ser intimada da homologação do acordo de não persecução penal e de seu descumprimento; b) se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor (CPP, art. 28-A, §5º) c) o juiz também poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais ou quando não for realizada a adequação anteriormente mencionada (§7º) (LIMA, 2020, p. 283).

A respeito, a sentença que homologa o acordo não persecutório tem natureza homologatória (CABRAL, 2020). Por sua vez, não se vislumbra elementos de juízo condenatório, não incidindo, portanto, os efeitos elencados no art. 91 do Código Penal. Porém, releva destacar alguns efeitos importantes decorrentes do reconhecimento da sentença homologatória: suspensão do prazo prescricional; a remessa dos autos para cumprimento do acordo junto ao juízo de execução penal, nos termos do § 6º do art. 28-A, do CPP, “homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal”; vincular o órgão acusador quanto aos termos estabelecidos no ANPP, de forma a obstar possível oferecimento de denúncia/queixa em desfavor do beneficiado; servir como limitador temporal do termo inicial para a contagem do prazo de cinco anos para a propositura de novo acordo, nos termos do art. 28-A, § 2º, III, do CPP; a necessidade de motivação da decisão homologatória (SALGADO, 2022, p. 480).

O que se observa da necessidade de homologação do ANPP pelo juiz é que a partir dessa exigência sobressai certa análise fático-probatória daquilo que foi pactuado entre o órgão acusatório e o acordante, para que não ocorram excessos ou ilegalidades nas condições estipuladas. Por conseguinte, há quem considere que a atuação do magistrado deve acontecer de forma retida, em respeito ao sistema acusatório.

A respeito, Alves, Araújo e Arruda referenciam que:

O magistrado não pode intervir na redação final da proposta de acordo de não persecução penal de modo a estabelecer as suas

cláusulas. [...] O que não se permite é que o juiz, quando da análise sobre a homologação do acordo de não persecução penal, venha a apreciar a necessidade e a suficiência do ajuste para a prevenção e reprovação do crime, cingindo o seu controle, com fincas no art. 28-A, § 4º, do CPP, à legalidade [...] e à voluntariedade do acordo (ALVES; ARAUJO; ARRUDA, 2020, p. 116-117).

Isto posto, dispõe o Enunciado nº 24 do Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União (2020, p.7):

A homologação do acordo de não persecução penal, a ser realizada pelo juiz competente, é ato judicial de natureza declaratória, cujo conteúdo analisará apenas a voluntariedade e a legalidade da medida, não cabendo ao magistrado proceder a um juízo quanto ao mérito/conteúdo do acordo, sob pena de afronta ao princípio da imparcialidade, atributo que lhe é indispensável no sistema acusatório.

Por ora, verifica-se certa limitação quanto à atuação do magistrado no que tange à decisão homologatória do ANPP referentes às cláusulas pactuadas entre as partes. Não é outro o entendimento, mesmo que em uma visão restritiva, por Ministro do STF, ao assentar, em sede de decisão monocrática cautelar proferida na ADI 6.305, pelo Ministro Luiz Fux: “o magistrado não pode intervir na redação final da proposta de acordo de não persecução penal de modo a estabelecer as suas cláusulas”²¹.

De outra forma, em sendo o caso de verificar pela inadequação do acordo, por analogia ao art. 28, *caput*, do CPP, o juiz pode remeter o ANPP para revisão ministerial, ou seja, quando verificar, no caso concreto, que aquilo que restou pactuado entre o MP e a parte não atende aos critérios recomendados, bem como, conforme atribui o § 5º do art. 28-A do CPP:

Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor.

Ou seja, ocorrendo essa possibilidade, remete o acordo às partes para que possa ser reformulado.

²¹ STF, ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, decisões monocráticas, Rel. Min. Luiz Fux, j. 22.1.2020.

4.4 DOS EFEITOS DA CONFISSÃO EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DO ANPP

Registre-se, em que pese já discutido acerca da (in)constitucionalidade da exigência da confissão formal e circunstanciada como condição (*ex legis*) inerente à formalização do acordo de não persecução penal, por se tratar de medida de política criminal legitimamente escolhida pelo Poder Legislativo, quando homologada pelo juízo competente, assim como todo e qualquer negócio jurídico, irá opor à parte o cumprimento das condições transacionadas.

Nesse sentido, pelo regramento do Código de Processo Penal, homologado o acordo de não persecução penal, os autos serão remetidos ao Ministério Público para dar início à execução perante o juízo de execução, assim prevê em seu § 6º do art. 28-A (BRASIL, 2023): “Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz devolverá os autos ao Ministério Público para que inicie sua execução perante o juízo de execução penal”. Aqui encontramos uma grande diferença entre a Resolução 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e a Lei 13.964/19 no que se refere à competência para execução do acordo não persecutório, uma vez que, no procedimento embrionário, o cumprimento das tratativas acordadas não se sujeitava a controle judicial, pois eram executas pelo próprio MP.

Em que pese algumas críticas no que tange ao juízo competente para execução do ANPP, recebidos os autos pelo juízo da execução a normativa indica que esse deve sanear o acordo a fim de dirimir possíveis pendências para que então o acusado possa imediatamente cumprir o que fora acordado, como por exemplo, apontar a instituição em que será cumprida a prestação de serviços à comunidade. Ainda neste ponto, tomamos como posicionamento o pensamento de Bizzotto (2020, p. 160) que diz “ser viável a possibilidade, inclusive, de audiência admonitória direcionada para prestar esclarecimentos ao beneficiário”.

Além disso, em caso de integral cumprimento do acordo de não persecução penal observamos que, pelo regramento do § 13 do art. 28-A, “cumprido integralmente o acordo de não persecução penal, o juízo competente decretará a extinção da punibilidade”. Diferentemente do que abarcado pela Resolução 181/2017 do CNMP, que não previa causa de extinção, o direcionamento apontado pelo Art. 28-A é de que dispõe de tal possibilidade, o que acarreta, consequentemente, na caracterização de coisa julgada material (SANTOS, 2020, p. 161).

De outra banda, na hipótese de descumprimento das medidas transacionadas no acordo não persecutório, pode recair sobre o beneficiário a rescisão do pacto negocial, operando, assim, as disposições encontradas no § 10 do art. 28-A do CPP: “descumpridas quaisquer das condições estipuladas no acordo de não persecução penal, o Ministério Público deverá comunicar ao juízo, para fins de sua rescisão e posterior oferecimento de denúncia”.

Embora não pareça explícito, da relação negocial transacionada entre o MP e o beneficiado, surge para ambos a necessidade de cumprir aquilo que foi acordado. No caso do agente que recebeu a benesse ofertada no ANPP, a rescisão irá ocorrer quando não cumprir às determinações impostas no pacto negocial, bem como pela superveniência de cometimento de novo crime dentro do prazo do ANPP (FIRMINO, 2011, p. 144). Muito embora essa segunda causa não esteja estampada no art. 28-A do CPP, é muito comum que o órgão acusador utilize-se de cláusulas nesse sentido para evitar o cometimento de novos crimes pelo beneficiado durante o prazo do ANPP.

Essa sistemática assemelha-se ao regramento dado à suspensão condicional do processo (art. 89, §§ 3º e 4º da Lei 9099/95), por exemplo, quando se verifica que durante o período de prova o beneficiário, caso venha a se envolver com o cometimento de novo crime ou contravenção penal pode incorrer nas hipóteses de revogação do benefício. Contudo, dentro da normativa do ANPP não encontramos expressamente essa condição. Outrossim, quanto a esta possibilidade, Santos (2020, p. 203), dispõe que: “à semelhança da transação penal, inexistente, no acordo de não persecução penal, causas revocatórias estranhas à regra de conduta pactuada, isto é, a rescisão está exclusivamente entrelaçada ao (in)adimplemento do Pacto”.

Diante disso, a pergunta que se faz é: quais os efeitos da confissão formal e circunstanciada diante do descumprimento das medidas transacionadas no ANPP? Como resposta temos que, na hipótese de rescisão do negócio jurídico em razão de descumprimento das cláusulas estipuladas pelo favorecido da benesse do ANPP, o cenário desenhado pelo próprio § 10, do art. 28-A, aponta pela devolução dos autos ao juízo de origem para que o membro ministerial proceda com o oferecimento da denúncia.

Diante disso, surge a possibilidade de utilização da confissão como instrumento que reforça o elemento da autoria, bem como se alia ao conjunto das

demais provas que passem a ser produzidas mediante contraditória e ampla defesa. Uma das críticas tomadas diante dessa questão diz respeito à desconstituição da decisão homologatória do acordo de não persecução penal, considerando que possui natureza jurídica de coisa julgada material, tornando-se, assim, imutável (GRINOVER et al, 2005). Ocorre que com assento na Súmula Vinculante 35 do STF (BRASIL, 2014), tomando como referência a decisão homologatória da transação penal, é possível o retorno dos autos para prosseguimento da ação penal, vejamos:

A homologação da transação penal prevista no art. 76 da Lei 9.099/95 não faz coisa julgada material e, descumpridas suas cláusulas, retoma-se a situação anterior, possibilitando-se ao Ministério Público a continuidade da persecução penal mediante oferecimento de denúncia ou requisição de inquérito policial.

Desse posicionamento, alinhado às condições colhidas no art. 28-A, § 10, do CPP, surge o entendimento de que é possível a utilização da confissão realizada como instrumento de valoração diante de possível desencadeamento da ação penal ante o descumprimento do acordo celebrado. Tal condição é sustentada, sobretudo, por membros do Ministério Público, utilizando-se da premissa de que a confissão pode ser apreciada como um instrumento de garantia na fundamentação dos elementos que autorizam a subsequente propositura da ação penal, estando em conformidade com os demais elementos de prova.

A propósito, Vitor Souza Cunha (2020, p. 309), elenca que:

Nesse sentido, é viável defender que a confissão apresentada como condição para o acordo de não persecução pode ser utilizada pelo órgão acusatório quando for possível atribuir ao acusado a responsabilidade pela rescisão do negócio jurídico. Entender contrariamente, nesse caso, seria o mesmo que anuir que o acusado pode ser beneficiado por uma situação que deu causa.

Na mesma perspectiva, Renato Brasileiro de Lima (2020, p. 287):

Essa denúncia a ser oferecida pelo Ministério Público poderá trazer, como suporte probatório, inclusive a confissão formal e circunstanciada do investigado por ocasião da celebração do acordo. Ora, se o próprio investigado deu ensejo à rescisão do acordo, deixando de adimplir as obrigações convencionadas, é de todo evidente que não se poderá desprezar os elementos de informação por ele fornecidos.

Na defesa pela utilização da confissão, sobretudo, em um viés processual, Juarez Tavares (2020, p. 27) assenta que:

A confissão só vale se estiver de conformidade com as demais provas; uma confissão isolada é inservível; uma confissão proferida fora dos autos não é válida, a não ser que confirmada em juízo, em todos os seus termos; a confissão não precisa ser espontânea, mas deve ser pronunciada por decisão exclusiva do declarante. Uma confissão pronunciada no cumprimento de prisão preventiva ou sob estado de coação ou mesmo de promessa de liberdade ou outros benefícios é ilegítima e, portanto, não pode ser considerada como meio de prova.

Sobre isso, Rodrigo Ferreira Leite Cabral (2021, p. 126) constrói uma defesa pela função de garantia, bem como função processual da utilização da confissão em caso de descumprimento do ANPP, sustentando que:

É sabido que as denominadas provas constituintes produzidas tão somente na fase investigatória não são provas em sentido técnico jurídico, mas sim meros elementos de informação, devendo, para terem força probatória, ser repetidas no processo penal.

Quanto à utilização da confissão como instrumento de prova que auxilia o prosseguimento da ação penal em caso de descumprimento das condições impostas ao acordante, o Enunciado nº 27 do CNPG (2020, p. 8), dispõe: “havendo descumprimento dos termos do acordo, a denúncia a ser oferecida poderá utilizar como suporte probatório a confissão formal e circunstanciada do investigado”.

É preciso atentar-se, porém, que nos casos de descumprimento, ao acordante, entendemos ser o melhor raciocínio aquele em que se oportuniza ao beneficiário o direito de justificação, estipulando, nessa situação, o prazo de cinco dias, utilizando como parâmetro a disposição do art. 218 do Código de Processo Civil: “os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte” (BRASIL, 2015). Diferentemente do que prevê o 26º enunciado do GNCCRIM (2020, p.8):

Deverá constar expressamente no termo de acordo de não persecução penal as consequências para o descumprimento das condições acordadas, bem como o compromisso do investigado em comprovar o cumprimento das condições, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo apresentar, imediatamente e de forma documentada, eventual justificativa

para o não cumprimento de qualquer condição, sob pena de imediata rescisão e oferecimento da denúncia em caso de inércia (§ 10º).

Contudo, parte da doutrina defende que a finalidade do acordo de não persecução penal não se constitui elemento probatório capaz de subsidiar a *opinio delicti* do órgão acusador, e, em decorrência do direito de o acordante não produzir provas contra si mesmo, não se justificaria a utilização da confissão como elemento de prova para propositura de uma futura ação penal, por ser a confissão, no âmbito das negociações para oferecimento do ANPP apenas um elemento que capaz de assegurar a sua legitimidade (VASCONCELOS, 2021, p. 273-274).

Em linhas coincidentes, Rosa (2021, p. 60) destaca que “a confissão feita num acordo de não persecução penal serve apenas e tão somente para cumprir o requisito legal a fim de permitir a realização do acordo, nada mais”.

Ainda, em sentido assemelhado, tratando-se da confissão colhida em sede de procedimento investigatório, Mauro Guilherme Messias dos Santos (2019, p. 238) destaca que “eventual confissão dos fatos pelo investigado não representa assunção de culpa, como se a conduzir o acordante ao recebimento de uma pena pelo juiz”, configurando, como outrora mencionado, apenas uma escolha do legislador para referenciar a legitimidade do ANPP.

À luz desse pensamento, foi a decisão da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do *habeas corpus* nº 756907/SP, tendo absolvido réu condenado com lastro probatório decorrente da confissão extrajudicial, formalizada no acordo de não persecução penal e não confirmada durante a instrução criminal:

HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA. TESES DE INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO, DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA CORRELAÇÃO E DE ILICITUDE DE PROVAS. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 155 do CPP. RECONHECIMENTO. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, CONCEDIDO PARA ABSOLVER O PACIENTE. 1. A existência de questão decidida pelo Tribunal de origem é requisito específico de inauguração da atribuição desta Corte em feitos não originários, conforme o art. 105 da CF, seja em recurso especial ou em habeas corpus. Mesmo em matéria penal, de ordem pública, há necessidade do prévio debate para que se viabilize a análise da instância superior. A providência é necessária inclusive para não suprimir da parte a oportunidade de decisão favorável aos seus interesses nas instâncias antecedentes. 2. As teses de incompetência absoluta do juízo (inobservância da prerrogativa de foro), de ofensa ao princípio da correlação e de ilicitude de provas deixaram de ser deduzidas em apelação e, por tal motivo, não foram enfrentados pela Corte a quo. Não cabe a este Superior Tribunal delas conhecer originariamente, sob pena de

supressão de instância. 3. Conforme expressa previsão do art. 155 do CPP, "O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas". 4. Se a sentença condenou o paciente por falsidade ideológica e reconheceu a autoria delitiva exclusivamente com lastro em elementos produzidos na fase extrajudicial (depoimentos prestados durante o inquérito policial e ao Promotor de Justiça, além de confissão do celebrante de ANPP), não reproduzidos durante a instrução criminal e não submetidos ao devido contraditório, é de rigor reconhecer a insuficiência do standard probatório que autorizaria a condenação. 5. Demonstrada a ofensa ao art. 155 do CPP, impõe-se a absolvição do paciente nos termos do art. 386, VII, do CPP. 6. Habeas corpus parcialmente concedido e, nesta extensão, concedido para absolver o réu. Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma, por unanimidade, conhecer parcialmente da ordem de habeas corpus e nesta extensão, a conceder, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antônio Saldanha Palheiro, Olindo Menezes (Desembargador Convocado do TRF 1ª Região), Laurita Vaz e Sebastião Reis Júnior votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília (DF), 13 de setembro de 2022 (BRASIL, 2022).

Essa decisão, ainda que monocrática, encontra parâmetro no art. 155 do CPP, ou seja, afirma que a decisão do magistrado não pode tomar por base exclusivamente os elementos informativos colhidos no procedimento investigatório, ressalvadas as hipóteses de provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

Diante disso, é preciso observar com cautela os limites da confissão em situações de descumprimento das cláusulas contratuais acordadas entre o acusado e o órgão acusatório para buscar evitar o uso de forma indevida das declarações consideradas autoincriminatórias pelo investigado, especificamente quando se tratar de hipóteses em que a finalidade da confissão exceda questões atinentes à celebração do próprio acordo (CASTRO; NETTO, 2020). Até porque, ainda que o suposto agente venha a confessar, não há óbice para que este se retrate da confissão em sede de processo penal, visto que, nos termos do art. 200 do CPP: "a confissão será divisível e retratável, sem prejuízo do livre convencimento do juiz, fundado no exame das provas em conjunto".

Sendo, pois, a confissão é retratável, significa dizer que ela pode ser desconsiderada pela vontade do acusado, não podendo ser utilizada como elemento que fundamenta a condenação do acusado, ainda que se destaque, no próprio dispositivo "sem prejuízo do livre convencimento do juiz"²².

²² Sugerimos, como leitura complementar, as lições de BADARÓ, Gustavo H. **Processo Penal**. 8ª ed. São Paulo: RT, 2020. p. 522.

Em decorrência, Freire Júnior (2018, p. 339) sustenta que:

O valor da confissão. A confissão, nos termos do artigo 200 do CPP, é retratável. A celebração do acordo não pode, em caso de descumprimento, ser invocada como prova absoluta para a condenação do réu. A confissão é retratável e o magistrado deve analisar o conjunto probatório produzido em juízo para entender pela culpa, ou não, do réu que descumpriu o acordo de não persecução.

Assim, em que pese a existência de divergências doutrinárias, entendemos que a confissão produzida unicamente como elemento de legitimidade para formalização do acordo não persecutório, em caso de descumprimento, sendo caso de propor a ação penal, deve ser desentranhada dos autos, seguindo assim a lógica apresentada pelas alterações promovidas pela Lei 13.964/19, ficando acautelada em autos separados, não constituindo elemento de prova para fundamentação de decisão condenatória.

Não obstante, resgatamos a afirmação de que “o aproveitamento da confissão como material probatório em desfavor do investigado violaria seu direito a não autoincriminação (art. 8, 2, “g”, da Convenção Americana Sobre Direitos Humanos)” (MENDES; LUCCHESI, 2020, p. 70), considerando que dentro das premissas constitucionais que orientam a persecução penal em nosso ordenamento jurídico ao acusado lhe é garantido o direito de não produzir provas contra si mesmo.

4.5 CONSEQUÊNCIAS DA CONFISSÃO EM CASO DE NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ANPP

Além do questionamento acima retratado, por fim, temos a segunda pergunta: quais os efeitos da confissão formal e circunstanciada diante da não homologação do ANPP? Anteriormente, já analisamos pontos importantes acerca da homologação do acordo não persecutório, portanto, a resposta a ser construída toma como base os efeitos da não homologação.

Dispõe o § 7º do art. 28-A que “o juiz poderá recusar homologação à proposta que não atender aos requisitos legais ou quando não for realizada a adequação a que se refere o § 5º deste artigo”. Essa sistemática encontra-se questionada por via das Ações Diretas de Inconstitucionalidade 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, muito embora, ainda em sede cautelar, localizamos a suspensão de diversos pontos

apresentados pela Lei 13.964/19, porém, a disposição do § 7º não foi apreciada²³. Esse procedimento é bastante criticado por membros do Ministério Público que, em sentido oposto, alegam que a autoridade judiciária, em caso de não homologação deveria remeter os autos para revisão interna, seguindo, por analogia, as disposições do art. 28 do CPP (CUNHA, 2021, p. 259-260).

De toda forma, em pese tais questões, a ritualística trazida pelo § 5º do art. 28-A é de que:

Se o juiz considerar inadequadas, insuficientes ou abusivas as condições dispostas no acordo de não persecução penal, devolverá os autos ao Ministério Público para que seja reformulada a proposta de acordo, com concordância do investigado e seu defensor (BRASIL, 1941).

Diante disso, o melhor raciocínio é de que se deve oportunizar aos contratantes a possibilidade de dirimir problemas considerados sanáveis para que, posteriormente, retornem ao juiz competente para posterior homologação, ao passo em que, como já abordado, as tratativas do acordo de não persecução penal não se validam diante de cláusulas abusivas, ilegais, desproporcionais, enfim, demais vícios.

Ocorre que, pela logística da não homologação, isso pode acarretar demasiado prejuízo ao acordante, considerando provável desencadeamento para propositura de ação penal, seguindo a orientação do § 8º do art. 28, hipótese em que, rejeitada a homologação, os autos serão remetidos ao MP para "complementação das investigações ou o oferecimento da denúncia".

Na remota hipótese de oferecimento da denúncia pelo órgão acusatório, a respeito de sua utilização, Cabral (2020, p. 166) dispõe que:

[...] umas das consequências mais importantes, que é extraída da ideia de boa-fé objetiva e lealdade processual, será a impossibilidade de o Membro do Ministério Público utilizar no processo penal, a confissão feita por ocasião do acordo de não persecução penal, que não foi homologado. Nesse caso, ao oferecer a denúncia, é fundamental solicitar ao juiz a intimação do acusado para informar se pretende que a confissão, feita por ocasião do acordo de não persecução penal, seja desentranhado dos autos, caso assim o requeira o acusado, é imprescindível que se determine o desentranhamento desse elemento de informação, sob pena de, como dito, violação à lealdade processual e boa-fé.

²³ STF, ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305, decisões monocráticas, Rel. Min. Luiz Fux, j. 22.1.2020.

Em razão disso, filiamos-nos ao pensamento de que, em caso de não homologação do acordo não persecutório, a confissão deve ser desentranhada dos autos, como garantia à disposição principiológica do direito ao silêncio, bem como para garantir a boa-fé na atuação estatal (CABRAL, 2021, p. 77).

Reforça-se, também, ser necessária uma ponderação entre a confissão e o princípio da presunção de inocência, considerando, assim, pela não utilização da confissão em caso de não homologação do ANPP, para subsidiar posterior imputação pela denúncia do crime confessado. Devendo, portanto, ser confirmada na seara judicial, perante a autoridade competente, em respeito, também, ao princípio do contraditório e da ampla defesa. Isso, porque a confissão exarada em procedimento extrajudicial (como o ANPP) pode constituir matéria de defesa, com a finalidade de manter seu estado de inocência, o que não demanda a impossibilidade de arguir seu direito de refutar as pretensões da acusação.

Cabe destaque às palavras de Giacomolli (2009, p. 46-48), quando aduz que:

O contraditório é a essência do processo jurisdicional, a marca diferenciadora dos demais procedimentos. Por isso é que se afirma ser o processo judicial um procedimento em contraditório (Fazzalari). Mais precisamente, um procedimento em contraditório judicial. Tese e antítese, voz ativa e voz passiva, pedido e contrapedido, ataque e defesa, culpado ou inocente, igualdade de meios de acusar e de se defender. Essa é a essência do contraditório, cujo equilíbrio deve ser garantido pelo juiz. O autor do fato não é obrigado a aceitar as medidas alternativas à sanção comum, nem a concordar com a suspensão condicional do processo. Ao admiti-las, o faz no exercício de seu direito de defesa. Portanto, não está sendo suprimido, de forma arbitrária e unilateral, o direito do autor do fato de contraditar uma futura pretensão acusatória. (...) O autor do fato, ao aceitar as medidas alternativas, não está reconhecendo sua culpabilidade, como acontece no sistema da plea bargaining, mas defende-se, como intuito de manter seu estado de inocência. A própria Lei 9.099 refere não produzirem a aceitação das medidas alternativas efeitos de natureza civil e nem reincidência, consequências típicas da sentença condenatória. Ademais, o juiz aplica a medida alternativa sem que tenha havido exercício de uma pretensão acusatória, ou um juízo condenatório. O autor do fato continua inocente. As concepções de que o autor do fato reconhece sua culpa e/ou que as medidas alternativas são sanções criminais comuns, não encontram justificação constitucional, mormente diante do princípio da inocência. Por não haver confissão de culpa pelo autor do fato e nem declaração dessa pelo juiz; por inexistir provimento condenatório ou eficácia plena de sanção criminal, na aceitação da proposta de transação criminal não há violação ao princípio constitucional da inocência.

Ora, parece-nos incongruente diante da proteção constitucional ao direito de não produzir provas contra si próprio (*nemo tenetur se detegere*) que a confissão em

caso de não homologação do acordo não persecutório seja utilizada como baliza para eventual propositura de ação penal. Além disso, considera-se que a confissão como requisito para formalização do ANPP (*ex legis*) representa apenas um requisito para que se evite a propositura da ação penal ou até mesmo cessar o processo penal. Indo além, tem-se a característica de ser retratável de tal forma que não deve produzir efeitos tão negativos, capazes de atingir a responsabilidade criminal do acordante.

Nesta linha, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho (2021, p.165) enfatiza que:

O ideal é que na hipótese de não homologação do ANPP, seja inclusive desentranhada a confissão do investigado dos autos antes que a denúncia seja encaminhada ao Poder Judiciário, por força do princípio da boa-fé e da lealdade processual, posto que somente não houve acordo devido à não homologação judicial e não por ato do investigado, não podendo, portanto, sua confissão ao Ministério Público ser usada em seu prejuízo.

Por fim, diante do contexto apresentado, considerando a divergência de entendimentos, avaliamos que a decisão mais acertada e em harmonia com o sistema de justiça consensual intitulado em nosso ordenamento jurídico, bem como a partir dos elementos apresentados através das indagações inerentes a esta pesquisa, é aquela que rejeita a utilização da confissão e dos elementos de prova constituídos pelo acordante no bojo do acordo não persecutório, sem força para formalização da *opinio delicti* do órgão julgador quando não confirmada no curso do processo judicial.

Ainda, ante a ausência de melhores manifestações das Cortes Superiores sobre o tema, em caso de não homologação, a confissão produzida extrajudicialmente não deve servir a prejuízo do acordante, nem mesmo para subsidiar a *opinio delicti* do órgão acusatório (SOUZA, 2020, p. 129), sob pena de violação a preceitos constitucionais, sobretudo, do direito a não produzir provas contra si mesmo.

5 CONCLUSÃO

Concluindo, temos que a presente pesquisa destacou o processo evolutivo do acordo de não persecução penal passando, primeiramente, sobre as nuances introduzidas pela Resolução 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, posteriormente pelas alterações promovidas pela Resolução 183/2018 também do CNMP e, finalmente, pelo processo de incorporação do acordo não persecutório por via da Lei 13.964/2019 no Código de Processo Penal, refletindo, sobretudo, quanto aos limites da confissão entabulados pelas diretrizes que condicionam a formulação do acordo de não persecução penal.

Percebemos, assim, que a realização da presente pesquisa possibilitou a partir do raciocínio formalizado até o presente momento, observar que a utilização da confissão delimitada nos requisitos do art. 28-A do Código de Processo Penal por si só não viola direitos constitucionais inerentes ao indivíduo que, voluntariamente, opta por confessar a prática delituosa em detrimento das benesses oferecidas pelo acordo não persecutório, desde que atendidos os requisitos formais e legais atribuídos pela lei, sobretudo, quanto à necessidade de acompanhamento de defensor e, posteriormente, seja remetida para controle judicial.

Demais disso, no que se refere à análise da utilização da confissão nas situações em que o beneficiado descumpra às condições pactuadas ou nos casos em que há recusa ou não homologação do acordo de não persecução penal, observamos apontamentos dissonantes quanto à primeira situação, considerando que parte da doutrina considera legítima a utilização da confissão quando o beneficiado descumpra as condições impostas pelo órgão acusador, e outra parte considera ilegal a utilização da confissão após o descumprimento dos termos transacionados no acordo não persecutório, sob o argumento de que a confissão é retratável e sua utilização quanto a parte que excede a finalidade de elemento legítimo para formalização do acordo viola preceitos constitucionais como o direito à não-autoincriminação, à ampla defesa e ao contraditório, bem como ao direito não de não produzir provas contra si mesmo.

Em decorrência, filiamo-nos ao posicionamento doutrinário e da recente jurisprudência de que a confissão mesmo em caso de descumprimento, desde que não confirmada no prosseguir da persecução penal pelo indiciado sob o crivo do contraditório e da ampla defesa, deve ser desentranhada dos autos para que não

venha ser invocada como meio de prova capaz de influenciar em posterior decisão condenatória, bem como por entendermos que o uso da confissão dissociada de sua finalidade original (formalização do acordo não persecutório), agride direitos e garantias constitucionais consagrados a qualquer indivíduo que enfrenta alguma ação penal, sobretudo, a garantia individual da presunção de inocência, o direito ao silêncio e demais princípios que ornamentam a boa atuação do processo penal em nosso ordenamento jurídico, ainda mais quando se conhece que a confissão atribuída pelo indiciado pode, de sorte, ser retratada.

Seguidamente, em se tratando da utilização da confissão nas situações em que não se proceda com a homologação do ANPP pela autoridade judicial competente, pudemos concluir que o melhor destino para o acordante é que seja desentranhada dos autos em decorrência de provável prosseguimento da ação penal, ressalvadas as hipóteses em que o acordante seja intimado para se manifestar acerca da confissão tomada por ocasião do acordo não persecutório e por livre vontade, desde que devidamente constituído por seu defensor, decida manter a confissão colhida no procedimento extrajudicial, sob a condição de violação a preceitos constitucionais, a lealdade e boa-fé processual, atentando-se, também, para a possibilidade de retratação da confissão pelo acordante.

Por derradeiro, é sabido que o objeto desta pesquisa evidencia-se através do fato de que a partir do momento em que a lei faz exigência de confissão formal e circunstanciada para a concessão do Acordo de Não Persecução Penal, coloca em rota de colisão princípios constitucionais que ornamentam a marcha processual em nosso ordenamento jurídico, bem como, a ordem constitucional e infraconstitucional e traz para si importantes debates em nosso meio teórico, motivo pelo qual sabemos que a discussão aqui debatida não se esgota nesta pesquisa e que, para a comunidade acadêmica e para os juristas, ela possa servir de subsídio para complementação do pensamento crítico sobre a temática, bem como ser parâmetro para novos trabalhos acerca do tema aqui estudado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Mauro Fonseca; MAGRIN, Júlia Ferrazzi. O pacote anticrime e seus reflexos sobre os acordos de não persecução penal não homologados sob a égide da Resolução nº 181/2017 do CNMP. In: BEM; MARTINELLI (orgs.) **Acordo de não persecução penal**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 147-152.

ANDRADE, Mauro Fonseca; BRANDALISE, Rodrigo da Silva. Observações preliminares sobre o acordo de não persecução penal: da inconstitucionalidade à inconsistência argumentativa. **Revista da Faculdade de Direito da UFGRS**, Porto Alegre, n. 37, p. 239-262, dez. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/77401/46266>. Acesso em: 19 jan. 2023.

ALVES, Leonardo Barreto Moreira; ARAÚJO, Fábio Roque; ARRUDA, Karol. **Pacote anticrime comentado**. Salvador: JusPodivm, 2020.

ARAS, Vladimir. Acordos penais no Brasil: uma análise à luz do direito comparado. In: CUNHA et al. (coord.). **Acordos de não persecução penal e cível**. Salvador: Juspodivm, 2021. p. 103-104.

AVENA, Norberto. **Processo Penal**. 13th edição. Grupo GEN, 2021, p. 302.

BEM, Leonardo S. Os requisitos do acordo de não persecução penal. In: BEM; MARTINELLI (orgs.) **Acordo de não persecução penal**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

BEM, Leonardo S.; BEM, Viviane A. Acordo de não persecução penal: análise crítica a partir de suas fontes normativas. In: BEM; MARTINELLI (orgs.) **Acordo de não persecução penal**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

BEM, Leonardo Schmitt de. Os requisitos do acordo de não persecução penal. In: BEM, Leonardo Schmitt de; MARTINELLI, João Paulo. **Acordo de não persecução penal**. São Paulo: D'Plácido, 2020.

BERTONCINI, Mateus. Crise da Jurisdição e a Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público: é possível o ajustamento de conduta em matéria de improbidade administrativa? **Seqüência**, Florianópolis, n. 79, p. 63-88, ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/seq/a/K5vBhCDDVP4zMdh6vWrdd5y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2023.

BIANCHINI, Alice; GOMES, Luiz Flávio. **Acordo de não persecução penal**. Editora Juspodivm, 3ª edição, Salvador, 2019.

BIZZOTTO, Alexandre; SILVA, Denival. **Acordo de não persecução penal**. São Paulo: Dialética, 2020.

BIZZOTTO, Alexandre; SILVA, Denival. Acordo de não persecução penal. São Paulo: Dialética, 2020. p. 42-43; In: SANTOS, Marcos P. D. **Comentários ao pacote anticrime**. São Paulo: Método, 2020. p. 150.

BIZZOTTO, Alexandre; SILVA, Denival. **Acordo de não persecução penal**. São Paulo: Dialética, 2020.

BORGES, Ademar. Repensando o sistema de justiça criminal brasileiro: imaginação programática contra a rendição incondicional. In: DANTAS, Marcelo N. R. (Org.). **Inovações no sistema de Justiça**. São Paulo: RT, 2021. p. 559.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante 35**. Sessão Plenária de 16/10/2014, Súmula da Jurisprudência Predominante do Supremo Tribunal Federal. Edição: Imprensa Nacional, DJe nº 210 de 24/10/2014, p. 1. DOU de 24/10/2014, p. 1. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/sumariosumulas.asp?base=26&sumula=1953>. Acesso em: 29 abr. 2023.

BRASIL, Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal/GGCRIM, **Enunciado interpretativo sobre a Lei nº 13.964/2019 nº 24**. Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM__ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRASIL, Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal/GGCRIM, Enunciado nº 27. Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM__ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em 27 abr. 2023

BRASIL, **Lei 13.964/2019, de 24 de dezembro de 2019**. Aperfeiçoa a legislação penal e processual penal. Brasília, DF: Presidência da República [2023]. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13964.htm. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL, **Lei nº 13.105/2015**. Institui o código de processo civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 26 abr. 2023.

BRASIL, Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. **Enunciado nº 26 sobre a Lei 13.964/2019**. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Criminal_Juri_Jecrim/Enunciados_CAOCRIM/Enunciados%20PGJ-CGMP%20-%20Lei%2013.964-19%20\(1\)-%20alterado.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Criminal/Criminal_Juri_Jecrim/Enunciados_CAOCRIM/Enunciados%20PGJ-CGMP%20-%20Lei%2013.964-19%20(1)-%20alterado.pdf). Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL, Superior Tribunal de Justiça (6. Turma). **Recurso de Habeas Corpus nº 756907 - SP**. Habeas corpus. Falsidade ideológica. Teses de incompetência do juízo, de ofensa ao princípio da correlação e de ilicitude de provas. Supressão de instância. Violação do art. 155 do CPP. Reconhecimento. Habeas corpus parcialmente conhecido e, nesta extensão, concedido para absolver o paciente. Impetrante: Glauter Fortunato Dias Del Nero e Outros. Impetrado: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Paciente: José Francisco Martha e Outros. Relator: Ministro Rogério Schietti Cruz. 13 de setembro de 2022. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/dl/assuncao-culpa-anpp-nao-basta-embasar.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Enunciado nº 103**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14459:enunciados-criminais&catid=225:cmaras-de-coordenao-e-reviso&Itemid=203. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Enunciado nº 102**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14459:enunciados-criminais&catid=225:cmaras-de-coordenao-e-reviso&Itemid=203. Acesso em: 13 mar. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **19º relatório de justiça em números**. Brasília: DF, 2022. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022-1.pdf> Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Resolução nº 183, de 24 de janeiro de 2018**. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-183.pdf>

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Resolução nº 181 de 07 de agosto de 2017**. Dispõe sobre instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Resolucoes/Resoluo-181-1.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, de 07 de dezembro de 1940. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 06 fev. 2023.

BRASIL. Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal/GGCRIM, **Enunciado interpretativo sobre a Lei nº 13.964/2019 nº 29**. 2020, p. 8. Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM_-_ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em 27 abr. 2023.

BRASIL. Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal/GGCRIM, **Enunciado interpretativo sobre a Lei nº 13.964/2019 nº 23**. 2020, p.7. Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM_-_ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em 27 abr. 2023.

BRASIL. Grupo Nacional de Coordenadores de Centro de Apoio Criminal/GGCRIM, **Enunciado interpretativo sobre a Lei nº 13.964/2019 nº 21**. 2020, p. 8. Disponível em: https://criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/GNCCRIM_-_ANALISE_LEI_ANTICRIME_JANEIRO_2020.pdf. Acesso em 27 abr. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 11.340 de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da

Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei Nº 9.0999 de 26 de setembro de 1995**. Dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências, 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9099.htm. Acesso em 03 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Súmula nº 636**. Terceira seção, em 26/06/2019, DJ 27/06/2019. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalt/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2019/Terceira-Secao-aprova-sumula-sobre-registro-de-antecedentes-criminais.aspx>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal de Justiça. **Súmula 444**, terceira seção, julgado em 28/04/2010, DJe 13/05/2010). Disponível em: <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5793/DF**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5288159>, 2017. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 5790/DF**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5283027>, 2017. Acesso em: 12 jan. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **MS 27621**, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Tribunal Pleno, julgado em 07/12/2011, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-092 DIVULG 10-05-2012 PUBLIC 11-05-2012, JusBrasil, 2011. Disponível em <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21585021/mandado-de-seguranca-ms-27621-df-stf>. Acesso em: 13. jan. 2023

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário 466.343-1**. Relator Ministro Cezar Peluso, Brasília, 22 de novembro de 2006. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595444>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário de nº 596.727/MG**. Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 5º, LIV e LV; 129, III e VIII; e 144, IV, § 4º, da Constituição Federal, a constitucionalidade, ou não, da realização de procedimento investigatório de natureza penal pelo Ministério Público. Repercussão geral. Relator Ministro Cezar Peluso, Brasília, DF, 2017. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=2641697&numeroProcesso=593727&classeProcesso=RE&numeroTema=184>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Brasil. Supremo Tribunal Federal. **SÚMULA 536**. Terceira Seção, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015, Brasília, DF, 2015. Disponível em <https://scon.stj.jus.br/SCON/pesquisar.jsp>, acesso em 03 abr 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 6304**. Disponível em: <http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5843708>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **ADC 12 MC**, Relator(a): Min. CARLOS BRITTO, Tribunal Pleno, julgado em 16/02/2006, DJ 01-09-2006 PP-00015 EMENT VOL-02245-01 PP-00001 RTJ VOL-00199 02 PP-00427, JusBrasil, 2006. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/761859/medida-cautelar-na-acaodeclaratoria-de-constitucionalidade-adc-mc-12-df>. Acessado em 13. jan. 2023.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. et al. **Acordo de não persecução penal – Resolução 181/2017 do CNMP: um panorama sobre o acordo de não persecução penal (art. 18 da Resolução 181/17 do CNMP)**. Editora JusPodivm. Salvador, 2017. p. 30.

CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira. **Manual do acordo de não persecução penal**. 2ed. Salvador: Juspodivm, 2021.

CABRAL, Rodrigo Ferreira Leite. **Manual do acordo de não persecução penal à luz da Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)**. Salvador. Editora JusPodivm, 2021.

CABRAL, Rodrigo Ferreira Leite. A confissão circunstanciada dos fatos como condição para a celebração do acordo de não persecução penal. In: BEM, Leonardo Schmitt de; MARTINELLI, João Paulo (Org.). **Acordo de Não Persecução Penal**. 2. ed. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020. p. 166.

CABRAL, Rodrigo Leite. Ferreira. Um panorama sobre o acordo de não persecução penal (art. 28-A, CPP) versão modificada e adaptada à lei anticrime. In: CUNHA, BARROS, SOUZA, CABRAL (coord.). **Acordos de não persecução penal e cível**. Salvador: Juspodivm, 2021. p. 20, nota 4.

CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de Carvalho. **Algumas questões sobre a confissão no Acordo de Não Persecução Penal**. Revista do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro nº 78, out./dez. 2020, p. 248. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/2026467/Sandro_Carvalho_Lobato_de_Carvalho.pdf. Acesso em 29 mar. 2023.

CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de. **Questões práticas sobre o acordo de não persecução penal**. São Luís: Procuradoria Geral de Justiça, 2021.

CASTRO, Carolina Soares Castelliano Lucena de; NETTO, Fábio Prudente. **Comentários sobre a exigência da confissão no acordo de não persecução**

penal. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-fev-15/opinioao-exigencia-confissao-acordo-nao-persecucao-penal>. Acesso em: 30 abr. 2023.

CUNHA, Rogério Sanches. **PACOTE ANTICRIME**. 1. ed. Salvador: JusPodivm, 2020. p. 9383.

CUNHA, Vitor Souza. **Acordos de Admissão de Culpa no Processo Penal**. Salvador: Editora JusPodivm, 2019.

CUNHA, Rogério Sanches. Órgão responsável pela solução de conflitos entre Ministério Público e juiz na avaliação do acordo de não persecução penal. In: CUNHA et al. (coord.). **Acordos de não persecução penal e cível**. Salvador: JusPodivm, 2021.

CUNHA, Vitor Souza. O devido processo consensual e os acordos de não persecução penal. In: WALMSLEY, Andréa; CIRENO Lígia; BARBOZA, Márcia Noll (org.). **Inovações da Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019**. Brasília, DF: MPF, 2020. (Coletânea de artigos, v. 7). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes>. Acesso em: 03 mai. 2023.

DEZEM, Guilherme Madeira; SOUZA, Luciano Anderson de. **Comentários ao Pacote Anticrime: Lei 13.964/2019**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2020.

DE-LORENZI, Felipe da Costa. **Justiça negociada e fundamentos do direito penal**: pressupostos e limites materiais para os acordos sobre a sentença penal no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

FIRMINO, Adriano Godoy. **ANPP e corrupção**. São Paulo: LiberArs, 2021.

FREIRE JÚNIOR, Américo Bedê. **O Acordo de não persecução penal**: permissões e vedações. In: CUNHA, Rogério Sanches; BARROS, Francisco Dirceu; SOUZA, Renee do Ó; CABRAL, Rodrigo Leite Ferreira (org.). **Acordo de não persecução penal**. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2018. p. 331-343.

FREIRE JR., Américo Bedê. **O acordo de não persecução penal**: permissões e vedações. In: CUNHA, Rogério S. (coord.). **Acordo de não persecução penal: Resolução 181/2017 do CNMP com as alterações feitas pela Res. 183/2018**. 2 ed. Salvador: Juspodivm, 2019. p. 332-333.

GIACOMOLLI, Nereu José. **Juizados Especiais Criminais**. Lei 9.099/95: abordagem crítica. Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2009.

GRINOVER, Ada Pellegrine; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antônio Scarance.; GOMES, Luiz Flávio. **Juizados Especiais Criminais**. 5. ed. São Paulo: RT, 2005. p. 170.

GRECO FILHO, Vicente. **Manual de processo penal**. 8ª ed. rev., atual. e ampl. com a colaboração de João Daniel Rossi. São Paulo, Saraiva, 2010. p. 113.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **O processo em evolução**. Imprensa: Rio de Janeiro, Forense Unversitária, 1998. Descrição Física: 510 p. ISBN: 8521801858.

JARDIM, Afrânio Silva. **Ação Penal Pública**: Princípio da Obrigatoriedade. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Manual de processo penal**: volume único. 8. ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

MARTINELLI, João Paulo; BEM, Leonardo S. **Direito Penal. Parte Geral**. 5ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 704.

MARTINELLI, João Paulo; BEM, Leonardo S. **Direito Penal. Parte Geral**. 5ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 320

MENDES, Tiago Bunning; LUCCHESI, Guilherme Brenner. **Lei Anticrime**: a (re)forma penal e a aproximação de um Sistema acusatório? Lei 13.964/2019, que modifica o CP, CPP, LEP e outras Leis Penais Extravagantes. 1. ed. São Paulo: Tirant to Blanch, 2020.

MORAIS, Hermes Duarte. Pacote Anticrime: a nova configuração do acordo de não persecução penal. In: NETO, Alamiro Velludo Salvador; BRUNI, Aline Thaís; AMARAL, Claudio do Prado; SAAD-DINIZ, Eduardo; MORAIS, Hermes Duarte. **Pacote Anticrime**: comentários à lei n. 13.964/2019. 1. ed. São Paulo: Alamedina Brasil, 2020.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Pacote anticrime comentado**: Lei 13.964/2019. 1. ed - Rio de Janeiro: Forense, 2020.

OLIVEIRA, Tássia Louise de Moraes. **O mito da obrigatoriedade da ação penal no ordenamento jurídico brasileiro**. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 16 – n. 49, p. 237-262 – jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, Tássia Louise de Moraes. **O mito da obrigatoriedade da ação penal no ordenamento jurídico brasileiro**. Boletim Científico ESMPU, Brasília, a. 16 – n. 49, p. 237-262 – jan./jun. 2017.

PACELLI, Eugênio. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**. 12th edição. Grupo GEN, 2021.

PACELLI, Eugênio; FISCHER, Douglas. **Comentários ao Código de Processo Penal e sua Jurisprudência**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2021. p. 253.

PEREIRA, Cláudio José Langroiva.; PARISE, Bruno Girade. **Segurança e justiça**: o acordo de não persecução penal e sua compatibilidade com o sistema acusatório. Opinião Jurídica, v. 19, n. 38, p. 115-135, 2020. p. 11. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/ojum/v19n38/1692-2530-ojum-19-38-115.pdf>. Acesso em: 19: jan. 2023.

ROCHA, André A. **Acordo de não persecução penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021. p. 24; MOREIRA, Rômulo A. Acordo de não persecução penal. In: BEM; MARTINELLI (orgs.) Acordo de não persecução penal. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020. p. 159.

ROCHA, André A. **Acordo de não persecução penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021..

ROSA, Alexandre Moraes da. **Conheça uma novidade de 2017: a Resolução CNMP 181 viola a isonomia**. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-29/limite-penal-novidade-2017-resolucao-cnmp-181-viola-isonomia>. Acesso em: 13 jan. 2023.

ROSA, Alexandre Moraes da; ROSA, Luísa Walter da.; BERMUDEZ, André Luiz. **Como negociar o acordo de não persecução penal: limites e possibilidades**. Florianópolis: EModara, 2021. p. 237.

ROSA, Alexandre Moraes da; ROSA, Luísa Walter da.; BERMUDEZ, André Luiz. **Como negociar o acordo de não persecução penal: limites e possibilidades**. Florianópolis: EModara, 2021. p. 60.

SAAD, Marta. Art. 28-A. In: GOMES FILHO, TORON, BADARÓ (coord.). **Código de Processo Penal comentado**. 4ed. São Paulo: RT, 2021. p. 178.

SAAD, Marta. Art. 28-A. In: GOMES FILHO, TORON, BADARÓ (coord.). **Código de Processo Penal comentado**. 4ed. São Paulo: RT, 2021. p. 180.

SALGADO, Daniel de Resende. **A horizontalização do acordo de não persecução penal**. In: SALGADO, KIRCHER, QUEIROZ (coord.). Justiça Consensual. Salvador: JusPodivm, 2022. p. 480.

SANTOS, Marcos Paulo. Dutra. **Comentários ao pacote anticrime**. São Paulo: Método, 2020.

SANTOS, Mauro Guilherme Messias dos. Acordo de não persecução penal: confusão com o plea bargaining e críticas ao projeto anticrime. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Belo Horizonte, ano 27, n. 108, p. 235-254, out./dez. 2019.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico**. 31.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

SOUZA, Renee do Ó. et al. **Acordo Não Persecução Penal– Resolução 181/2017 CNMP**. Algumas respostas sobre o acordo de não persecução penal. Salvador, Editora Juspodivm, 2019, p. 150.

STRECK, Lenio Luiz; SARLET, Ingo Wolfgang; CLÈVE, Clèmerson Merlin. **Os limites constitucionais das resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)**. Migalhas, 21 de nov. 2005. Disponível: <https://www.migalhas.com.br/depeso/18408/os-limites-constitucionais-das-resolucoes-do-conselho-nacional-de-justica-cnj-e-conselho-nacional-do-ministerio-publico-cnmp->. Acesso em: 30 jan. 2023.

SOUZA, Renee do Ó (org.). **Lei Anticrime**: comentários à Lei 13.964/2019. Belo Horizonte: D'Plácido, 2020.

TAVAREZ, Juarez; CASARA, Rubens. **Prova e verdade**. 1. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020, p. 27.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de.; REIS, Dimas Aantônio. Gonçalves. Fagundes. Limites à utilização da confissão do imputado realizada como requisito ao acordo de não persecução penal. **Revista de Estudos Criminais**, v. 20, n. 80, p. 264-279, jan./mar. 2021. p. 273-274.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. (2019). **Barganha e justiça criminal negocial**: análise das tendências de expansão dos espaços de consenso no processo penal brasileiro (2 ed.). Editora D'Plácido, p. 141.

VASCONCELLOS, Vinicius Gomes de. **Barganha e justiça criminal negocial**: análise das tendências de expansão do consenso no processo penal brasileiro. São Paulo: IBCCRIM, 2015.

WUNDERLICH, Alexandre; LIMA, Camile Eltz.; MARTINS-COSTA, Antônio; RAMOS, Marcelo Buttelli. Acordo de não persecução penal. **Revista da Defensoria Pública**, n. 26, p. 42-64, 2020.

WUNDERLICH, Alexandre; LIMA, Camile E.; MARTINS-COSTA, Antonio; RAMOS, Marcelo B. Acordo de não persecução penal. **Revista da Defensoria Pública**, n. 26, p. 42-64, 2020. p. 52.